

eh

*Capítulo 1. Brevet*

Cooperativismo brasileiro: fundamentos teóricos.



1290000808



IE

TCC/UNICAMP L628c

Orientadora: Sonia Tomazini  
Banca: José Maria da Silveira  
Orientando: Marcelo Freire de Lima  
R.A: 880554

Campinas, 07 de julho 1992.

*Assinado, Manoel Gonçalves*

✓ 00336848

TCC/UNICAMP  
L628c  
IE/808

**CEDOC/IE**

Agradecimentos:

A Sônia Tomazini, pela paciência.  
Ao Otavio de Barros, pela "Documentation Francaise".  
A Ana Claudia, pela força.  
Ao Matias, pela ajuda na digitação.  
Ao Zé Maria  
A Kil  
E a família Freire, pela simpatia.

Dedicatória:

Aos amigos do coletivo libertário Edgar Leuenroth. (C.L.E.L.)  
Aos Independentes.

É primeiro capítulo pretendido, segundo a sequência lógica do projeto, dar conta de desenvolvimento do cooperativismo retratando sua trajetória, e em particular seus momentos de ascensão e de declínio. Desta forma, dois momentos particularmente importantes para o cooperativismo no Brasil - seu desenvolvimento e sua análise, são abordados. Similarmente, dois momentos particularmente difíceis na história do cooperativismo serão enfocados. A passagem entre estes momentos de pico e estagnação será naturalmente explicada, mostrando a existência de uma espécie irregular de ciclo no movimento. No qual certas tendências à expansão verificadas em determinados momentos parecem se eclipsar no período seguinte para ressurgir mais adiante já adaptadas a nova conjuntura, sem que aparentemente houvesse alguma substituição para o ressurgimento.

O capítulo seguinte irá procurar retratar a história do cooperativismo nacional através da ótica jurídica-constitucional. Uma vez que, na falta de uma historiografia própria, esta constitui talvez a única referência confiável que registrasse a trajetória do cooperativismo no Brasil. Por isso ele irá tratar primeiramente do histórico jurídico que dará corpo ao sistema O.C.B., (Organização das Cooperativas do Brasil), para chegar finalmente a comentar a Constituição de 1988. Durante o desenrolar deste histórico será feita uma avaliação crítica da conjuntura política, sem a qual este capítulo perderia sentido transformando-se em mera enumeração de leis e artigos. Esta avaliação crítica procura recuperar a ideia de não neutralidade do instrumental cooperativo. A extensa legislação assim como as inúmeras leis e decretos que frequentemente se contradizem foram aqui sintetizados. Relembre-se apenas o que analiticamente é considerado hierarquicamente superior. (na hierarquia das leis).

## A constituição do moderno cooperativismo.

Costuma-se chamar de "moderno cooperativismo", um conjunto de práticas e teorizações que, no início da revolução industrial, foram sistematizadas no sentido de formar um corpo teórico, base para a tentativa de desenvolver uma sociedade mais justa e igualitária como queriam alguns, ou até para fomentar a formação de uma sociedade nova que nada tivesse dos vícios das tradicionais. Era portanto um movimento que surgia da necessidade ressentida pelas camadas trabalhadoras (fossem elas rurais ou urbanas) que estavam marginalizadas do mundo burguês em ascensão. Marginalizadas tanto em termos de tipo de consumo quanto do próprio mercado de trabalho, relembrando que muitas das cooperativas pioneiras tinham como objetivo primeiro empregar o maior número de trabalhadores demitidos para assegurar seu sustento, mas também para "enxugar" o exército de reserva de mão-de-obra, que aviltava os salários. O marco escolhido pelo órgão normativo máximo do cooperativismo internacional, a Associação Cooperativa Internacional, (A.C.I.), para fixar temporalmente o cooperativismo foi a experiência dos pioneiros de Rochdale em 1844. Trabalhadores desempregados decidiram se juntar para fundar um armazém de gêneros de primeira necessidade sob forma cooperativa. A idéia inicialmente foi ridicularizada, mas rapidamente o empreendimento se tornou um sucesso, as lojas cooperativas cresceram em progressão geométrica à ponto de passarem a cifra de 500.000 (quinhentas mil) em pouco mais de três anos. É claro que este marco é apenas simbólico, o cooperativismo existe até como proposta formulada ou experimentação empírica muito antes dos "Equitativos de Rochdale" elaborarem suas propostas. A rigor se quisermos retrair as origens do cooperativismo enquanto mera associação produtiva entre os seres humanos, ou o que a literatura contemporânea designa como cooperativismo primitivo, em contraponto ao "moderno", poderemos remontar à civilizações e épocas bastante remotas, chegando em organizações sociais do porte das existentes entre os Hititas, rivais únicos do apogeu egípcio de Ramses II. De fato, a solidariedade parece ter sido a base dos primeiros agrupamentos humanos. O coletivismo agrícola vingou largamente ao longo de séculos em regiões tão distantes e distintas entre si como a China pré-Confúcio e os domínios fenícios na Europa. No entanto, entende-se como cooperativismo a idéia de elaboração de um ins-

instrumento capaz de alterar uma sociedade, seja reformatando-a, seja revolucionando-a. Nesse sentido entende-se a recusa dos teóricos do cooperativismo em aceitar como cooperativa todo e qualquer manifestação coletivista. No entanto para se chegar à compreensão da importância da experiência de Rochdale sem ter de recorrer aos princípios da História Humana, é necessário empreender um sinuoso caminho sob pena de não captar mais tarde a razão de divergências teóricas, de descontinuidades de trajetórias de certos movimentos, etc, etc, etc...

Feloz 1008 de 1649. Gerard Winstanley na Inglaterra, liderou a constituição de uma das primeiras experiências de cooperativismo agrícola. Junto com seus "Diggers" (mineiros ou cavadores) começou a explorar terras consideradas incultas e ter uma produtividade tal que os proprietários locais apelaram para a cavalaria no sentido de destruir aquela experiência que suscitava no dizer dos documentôs da época uma "desharmonia social". Os seus "Diggers" não passavam de mineiros desempregados, e que se arriscaram nesta experiência porque consideravam que nada mais tinham a perder. Quando a cavalaria britânica veio destruir o fruto daquilo que pacientemente vinham colhendo, os mineiros é claro reagiram num conflito que demorou mais do que as autoridades supunham que fosse possível resitir. Isso foi importante pois tornou Winstanley um mito popular, ajudando a difundir suas idéias. Winstanley era um cronista social de sua época com impressionante capacidade de análise histórica e econômica, para ele a sociedade se dividia em duas classes antagônicas e que só o trabalho cooperativo dos marginalizados poderia por um fim ao jugo dos ricos. Dizia também que a história era uma sucessão de manobras para que a classe dirigente se mantivesse ao longo dos séculos no poder (1). Seu equivalente francês era Babeuf. Embora os seus escritos propriamente dito fossem encontrados com maior facilidade em compilações sobre os movimentos sociais ingleses, frequentemente sob forma de fragmentos, a sua experiência estava enraizada na memória popular. Foi isso que fez com que, duzentos anos depois Robert Owen, ao ler uma dessas compilações tomasse conhecimento das idéias de Winstanley, por quem sempre confessou sua admiração(2). Owen para muitos é o "Pai dos Socialistas Utópicos", ou ainda o "pai dos pré-cooperativistas". Personalidade singular, Owen conseguiu superar todas as barreiras sociais que um trabalhador de origem muito mo-

esta poderia encontrar e por suas qualidades excepcionais chegou ao topo de uma carreira empresarial cedo. Decidido a mudar o tipo de vida de seus ex-colegas, Owen optou de início por privilegiar mudanças institucionais, pois nesta época ainda não estava descrente de seu potencial(1820). Foi um dos articuladores do fim do trabalho infantil de mais de 14 horas, lutou para conseguir redução da jornada de trabalho de 40 horas...Mas logo percebe que além de demorado, esta via é insegura e tem resultados aquém dos esperados. Tenta influenciar sindicatos nascentes e o que considera um empresariado mais esclarecido para que adotem experiências similares as realizadas na usina que dirige, e cujos resultados, em termos de justiça são muito comentados pelos trabalhadores londrinos. Quanto aos chefes de indústria, muitos se espantam com o alto grau de produtividade, principalmente porque esta não se origina por modificações mecânicas, mas por simples alteração do modo de gestão. Owen pretendia provar que as cooperativas eram mais eficientes do que as empresas geridas sob forma tradicional pois a cooperação entre trabalhadores era mais motivante do que a coerção. Que portanto a necessidade do patrão como único gestor capacitado para prover a sociedade era um mito, e conseqüentemente não havia nenhum argumento sério que sustentasse a manutenção da produção nas mãos exclusivas dos burgueses. Conseqüentemente era preciso através deste instrumental colocar nas mãos do trabalhador o poder de decisão sobre "o que" e "como produzir".

Para Owen, o capital não tinha como logicamente competir com o interesse dos trabalhadores. Isto não significava que ele esperasse a derrócada pura e simples do capitalismo. Tencionava ao contrário obter através do conflito entre cooperativas de trabalhadores e empresas tradicionais esta vitória. Seu raciocínio era de que se aquelas produziam mais e melhor do que estas, então aos poucos os próprios trabalhadores iriam abandonar um sistema que os oprimia para ingressar num sistema onde podia livremente decidir. Owen também conhecia na pele os possíveis entraves para a implantação do sistema, por isso procurou onde pudesse testá-lo e futuramente adotá-lo. O lugar escolhido foi obviamente a América do Norte. Lá, Owen quis criar colonias cooperativas que viveriam em complementariedade dentro de uma grande confederação chamada "New Harmony"(1829). A experiência durou pouco (quatro

anos, e Owen voltou a Grã-Bretanha. Quando lá chegou foi surpreendido por uma recepção em massa dos trabalhadores sindicalizados. Enquanto estivera fora os sindicatos trataram aqui e ali desenvolver suas idéias, pois estavam desiludidos com a traição dos reformistas em 1832, e estavam à expectativa de uma ação industrial direta para conduzi-los a uma sociedade próspera e democrática. É interessante notar que o fato de Owen ter tentado se estabelecer nos Estados Unidos levou numerosos historiadores e cientistas sociais a vê-lo como um "místico socialista", ou seja Owen teria repetido a trajetória dos "Pilgrim Fathers", os catequisadores pioneiros que "fundaram" a América.

Owen surge justamente como contraponto a toda uma geração de pensadores sociais progressistas pela defesa de seus ideais, porém profundamente messiânicos na sua maneira de atuar e de colocar os problemas de forma geral. O aspecto messiânico podia ser fruto de uma origem religiosa que, com o tempo fora-se mais ou menos se tornando leiga, ou podem revelar este caráter pela postura de suas lideranças, que se autorgavam a responsabilidade de conduzir os povos ao Paraíso terrestre.

Em Owen não se encontra nenhum traço deste gênero, pois sua concepção teórica do movimento era justamente a de um moto-contínuo que uma vez iniciado não pudesse ser freado, não dependendo de lideranças esclarecidas, de estratégias por demais complexas, pois isso seria colocar intermediários (novos dirigentes), entre a liberdade e os Homens, embora na origem estes estivessem voltados para a liberação de seus semelhantes. Fourier, Saint-Simon, e tantos outros pensadores sociais (3) poderiam no limite serem chamados de messiânicos por conceberem sociedades fechadas, espécies de oásis de liberdade em meio à barbárie. No fundo, o aspecto messiânico se daria pelo fato de que apenas um pequeno grupo de eleitos estariam destinados a serem salvos, ou compreenderem a mensagem de libertação dos "mestres". Nesse sentido, há pouca diferença portanto entre os Mormons, (seita religiosa protestante) que acreditam serem os escolhidos do Senhor e que Salt Lake City (E.U.A.) será poupada de um cataclisma punitivo enviado por Deus. Owen acreditava no poder das organizações sindicais e é através delas que irá procurar estruturar o cooperativismo, sempre na ótica de

torná-lo um instrumento minimamente capaz de melhorar a condição de vida dos trabalhadores. A meta, no entanto era mais ambiciosa do que simples melhorias conjunturais no nível de vida dos trabalhadores. Era torná-los capacitados de concorrerem com os capitalistas, vencê-los e pelo êxito britânico convencer os trabalhadores do resto do mundo a seguirem o seu exemplo. Não interessava a Owen e aos sindicatos na época uma insurreição violenta, todos tinham em mente a furiosa repressão da qual era vítimas os camponeses europeus que periodicamente viam seus companheiros massacrados pelos exércitos. Contra um efetivo militar habituado a repressões violentas que um extenso império colonial exigia pouco se podia fazer. Em contrapartida o Estado nada poderia fazer para coibir o sucesso empresarial, por assim dizer, dos trabalhadores reunidos societariamente em cooperativas. No entanto, para que isso fosse possível era necessário que os sindicatos fossem estruturados de forma eficaz e abrangente. E a essa tarefa que se voltaram os discípulos mais próximos de Owen. Numa das primeiras experiências de centrais sindicais, os owenistas, cartistas, anarco-sindicalistas, sociais-democratas, fundam a GNCTU. Dela crescerão inúmeras experiências cooperativistas, a tal ponto que eufóricos com seu próprio crescimento, os trabalhadores na direção dos sindicatos acreditaram ter chegado a hora de acelerarem o processo e deflagram uma greve geral. Esta greve se revelou mal-sucedida e acarretou consigo um desgaste tal na GNCTU, que não apenas provocou seu desestruturamento, como revelou divergências (antes latentes porém insuspeitas) de tal porte, que não foi possível deter o processo, nem sequer mais tarde retomá-lo nos moldes primitivos. Com esta greve as experiências cooperativistas ligadas aos sindicatos e associações começaram a declinar. O empresariado, embora não em sua maioria, começava a compreender que cedendo poderiam manter sem tantos riscos sua posição. Os setores mais conservadores dentre os trabalhadores saíram fortalecidos. Suas propostas de voltarem a luta via propostas reformistas parlamentares tornaram a ordem do dia. Até mesmo os que, dentro deste enfoque pensavam manter o cooperativismo, o faziam numa ótica que não reconhecia como até então se fizera, o alcance deste instrumento de modificações sociais. Nem os quase 800.000 cooperados que as centrais sindicais diziam ter na época de auge sustentava o credo dos reformistas. Mas, mais grave do que isso foi o fato de que, precisamente neste momento

estavam começando a se expandir pelo continente europeu as primeiras tentativas de se adequarem as experiências britânicas de montagem de unidades fabris cooperativas aos moldes do resto da Europa. Esta expansão era fruto de uma novidade no meio sindical, a idéia de que os trabalhadores deveriam procurar agir de forma global.

Os sindicalistas britânicos mantinham então ligações com os seus homologos franceses, flamengos e alemães. Havia uma proliferação de sociedades e associações de trabalhadores cuja finalidade era estreitar estas relações. Começava-se a pensar numa Associação Geral dos Trabalhadores, o que significava um horizonte político potencial que os detratores dos "Socialistas Utopicos" não costumam revelar. Isso tudo mostra o terreno no qual pode se estabelecer e proliferar a experiência de Rochdale. Não se objetiva retirar o mérito próprio à esta experiência. Mas tornar racional, porque vista não mais como um fato extraordinário desconectado de um contexto histórico muito particular, um experiência que marcou época. Rochdale é vista por muito daqueles que a estudam como um fato insólito.

Decorrem daí dois erros básicos, o primeiro consiste em duvidar do alcance efetivo dos resultados decorrentes desta experiência e é geralmente cometido por autores que costumam minimizar a importância dos pensadores sociais pré-marxistas. Os dados muitas vezes lhes parecem exagerados, difíceis de serem verificados. O outro, de base oposta parece querer colocar um alcance histórico e social na proposta básica dos "Equitáveis de Rochdale", que estes não poderiam ter, inclusive por uma questão de ordem cronológica. Como é caso de certos autores que parecem estabelecer ligações entre as Sociedades Secretas "coletivistas" de Lyon (que tiveram forte influência em Proudhon, tanto na sua atuação política, quanto na elaboração de sua obra sobre a autogestão. ), na França e os Pioneiros de Rochdale. Logicamente até este encontro nunca poderia ter se dado, pois o tratamento dado por estas duas experiências ao papel da classe trabalhadora difere em aspectos básicos, de forma que as fracas conexões possíveis seriam mais provavelmente obra do acaso do que de um projeto racionalmente elaborado.

Com a criação da Internacional, o cooperativismo retomou seu enfoque de instrumento a serviço do operariado, pois esta estava tentando recuperar o que os divulgadores da experiência de Rochdale haviam conseguido implantar para dar-lhe uma forma mais próxima das propostas mais revolucionárias e do alcance internacionalista a que se propunha. Discutia-se inclusive uma educação cooperativa, de modo que as cooperativas assegurassem a proliferação de seu ideal, como reduziria a possibilidade de deterioração deste ideal por falta de sustentação institucional. Neste sentido, principalmente no continente europeu foi de fundamental importância para arregimentar os trabalhadores para os sindicatos, cuja existência era recente em relação aos britânicos, e relativamente muito mais frageis, em particular os franceses e belgas. Marx irá escrever num dos raros textos em que se permitiu relatar como imaginava uma sociedade comunista, uma sociedade gerenciada pelo trabalho cooperativo em que os trabalhadores eles mesmos responderiam por sua produção. Em "O Capital" (livro III, volume II da edição Bibliothéque de la Pléiade página 147), escreve ele: "As cooperativas de produção são a prova de que o capitalismo tornou-se[...] supérfluo como agente da produção". Neste momento Bakunin, já começa a desenhar o que poderia constituir uma sociedade igualitária na qual o cooperativismo fosse o modo de produção. Mais tarde, na Internacional de Saint-Ymier, irá desenvolver ainda mais o como seria possível colocar tais ideais em prática.

Nesse período o cooperativismo passa a questionar não só o tipo de produção, como ocorrera no período anterior, mas também a validade do modo de vida que esta produção imprime. Passa-se a defender a manutenção de certos padrões de consumo tradicionais, não por "saudosismo", uma volta a um inexistente passado tranquilo e bucólico anti-diluviano, mas porque está se defendendo um padrão de vida próprio que não o simples eco do burguês. Isto se dá de duas maneiras. De um lado há a defesa de uma produção arcaica que não sobreviveria no enfrentamento com a produção moderna de bens capazes de substituí-la. A preocupação aí é com aqueles que não conseguindo encontrar nova profissão irão ser marginalizados, é a preocupação dos anarquistas com o "lumpem-proletariat". Bakunin, por exemplo, defende a manutenção do artesanato redinamizado pelas cooperativas, o que calcula deveria permitir

seu aprimoramento e saída do estágio de estagnação na qual se encontrava. De outro lado há a idéia de que a burguesia está impondo um padrão cultural, um padrão de vida. Lutar contra isso significa propor uma alternativa a este padrão. Cento e quarenta anos depois é precisamente o que é feito no Norte da Itália, com suas "ligas de trabalhadores artesanais" cuja estabilidade além de ter impedido o fim de profissões tradicionais, ainda conseguiu diminuir riscos regionais de problemas de êxodos rurais. Com a valorização do trabalho artesanal, retém-se mais facilmente o habitante local, reduzindo os problemas sociais que tradicionalmente afligem os centros urbanos. A Itália reconhece que assim como o mercado informal, mais até do que suas expectativas, este mercado tem sido importante para seu desempenho econômico.

Mas do mesmo modo que a Internacional trouxe ânimo novo ao movimento cooperativista, seu esfacelamento correspondeu a um refluxo das idéias e experiências. De modo que é possível falar de um movimento ondular de ascensão e queda do cooperativismo associado a trajetória dos demais movimentos sociais. Na segunda Internacional, pela mudança de enfoque que privilegiava a moderação social-democrata, o cooperativismo combativo decaiu muito, e de modo geral o que se propunha para o cooperativismo era que o Estado se dispusesse a sustentá-lo. Não se mencionava nos documentos desta Internacional como, nem qual o alcance desta sustentação. O cooperativismo aparecia então mais como uma iniciativa fraternal, do que como elemento ativo de transformação. As cooperativas cresciam sem mais a idéia de formarem grandes confederações capazes de enfrentarem os grupos privados capitalistas tradicionais. Eram iniciativas localizadas, que beneficiavam quando muito pequenas localidades. Foi necessário esperar a Primeira Guerra Mundial, e com ela o processo revolucionário russo para que as idéias coletivistas pudessem novamente voltar ao debate. Múltiplas foram as experiências cooperativistas tanto durante o período logo subsequente ao da mudança do regime quanto ao de implantação do bolchevismo. Lenin, reconhecendo o embasamento teórico de Kropotkin na elaboração de uma produção em escala baseada na gestão cooperativa dos meios de produção, irá adaptá-las à ideologia soviética, muitas vezes conflitante com seu modelo básico. De fato, Kropotkin irá elaborar um conceito de cooperativismo baseado na análise da vida em sociedade efetuada em diversas espécies.

O pensador anarquista se valeu de seu vasto conhecimento geográfico e biológico para estudar a cooperação entre as espécies animais no seu processo adaptativo, descobrindo que algumas delas, tradicionalmente avessas à vida em grupo, alteravam este comportamento por muitas gerações imutável, em face de necessidades novas. Muitas destas espécies não voltavam ao modo de vida anterior, preferindo continuar a viver em cooperação.

Anos de pesquisa, inúmeras viagens como cartógrafo oficial, nos quais pode, pela seriedade de seu trabalho ser considerado uma referência científica, permitiram a Kropotkin estabelecer uma base teórica que fundamentasse um modelo cooperativista de dimensões outras das sonhadas pelos pensadores sociais anteriores. Do mesmo modo como pouco posteriormente à consolidação do bolchevismo como doutrina oficial, alguns passaram a pensar no "Homem soviético", alguns kropotkinianos, ressaltando alguns pontos na obra do mestre, irão se dedicar à elaboração do "Homem cooperativo". Na base de tudo, a autogestão. É precisamente no tocante a este ponto que as divergências entre os dois homens (que se conheciam bem) se tornam irreconciliáveis. Lenin monta os kolхозes e sovхозes, retirando deles a idéia de que os trabalhadores pudessem autogerir-las. Limite além do mais seu alcance econômico, fazendo com que se desenvolvessem à margem do restante da economia soviética, que tinha no planejamento central e no controle dirigista sua marca de distinção básica com as homólogas capitalista, pois mantinha métodos para obtenção de aumento de produtividade como o "Stakanovismo", variante estalinista do taylorismo, que consistia em premiar a obtenção de maior produtividade, principalmente em trabalhos pesados com objetivo de ultrapassar as metas estabelecidas nos planos elaborados pelo Gosplan. Ou seja não apresentavam nenhuma distinção real entre as relações de trabalho com as empresas capitalistas, como propunha Kropotkin em seu projeto original.

No entanto, o cooperativismo terá de esperar até os conflitos da Segunda Guerra Mundial para voltar novamente a ser de alguma forma, o eixo de um sistema que buscasse maior igualdade na produção. De fato, excetuando a curta experiência anarquista durante a Guerra Civil Espan-

mbria, em que se deu a prova de eficácia que poderiam ter as revolu-  
lucionárias em querer sustentar a economia das zonas livres de modo  
cooperativista. Frente ao caos e poderio militar de Franco (com apoio  
nazista e fascista), foi a última experiência bem sucedida.

Chega-se ao fim da Segunda Guerra Mundial com a seguinte situa-  
ção: as cooperativas devidamente "enquadradas" nos esquemas capitalis-  
tas de produção, amputadas de suas pretensões revolucionárias, e até  
mesmo de pretensões reformistas em alguns casos. Os fortes vínculos  
sindicais ou se deterioraram ou não haviam sido retomados desde o úl-  
timo refluxo no qual haviam se desfeito. A experiência espanhola fica-  
ra como um "exotismo". Fier, para muitos será sinónimo de atraso e de  
posturas "anti-industrializante". Algumas velhas lideranças políticas,  
muitas vezes desajustadas às novas realidades, por seus discursos sau-  
dosistas comprometerão ainda mais a credibilidade de que o cooperati-  
vismo pudesse contribuir em alguma coisa para aquele momento tão desa-  
lentador que foi o imediato pós-guerra. Curiosamente, foi na periferia  
dos países geradores do conflito mundial que este voltou a posições de  
destaque. Isto foi válido tanto para as colônias, fossem elas do su-  
deste asiático ou africanas, quanto para países sub-desenvolvidos li-  
vres. Também era indiferente a ideologia dominante politicamente na  
região, e até mesmo o regime econômico predominante localmente. Por  
isso da Argélia ao Viet-Nam, passando pela Iugoslávia, o cooperativis-  
mo passou a ganhar peso, passando em alguns casos a ser incentivado  
oficialmente e fazer portanto parte do arcabouço ideológico no qual  
procuravam se legitimar os novos governos.

### *A Argélia.*

Na Argélia, ainda em luta por sua independência política da Fran-  
ça, a principal organização armada, a FNLA adotou, a pedido de Ben  
Bella, principal figura da independência do país, o cooperativismo co-  
mo maneira de sustentar a deficiente economia das regiões livres,  
principalmente no que se referia ao aprovisionamento agrícola. De fato  
já estava em curso um processo de apropriação coletiva dos bens "va-  
gos", ou seja abandonados pelos seus antigos ocupantes franceses. Em-

pressas estavam sendo tomadas diretamente pelos trabalhadores. Além disso, já haviam militantes partidários da autogestão no Bureau nacional para proteção e administração dos bens vagos. Com o fim do poder colonial francês a Argélia faz deste sistema um de seus eixos econômicos. Embora Ben Bella inicialmente quisesse a gestão provisória dos bens vagos, sendo forçado a manter as empresas nas mãos dos trabalhadores. A importância disto logo se fez sentir no que se referia à propaganda. O êxito crescente da economia deste país, principalmente nos primeiros anos, acarretou o ingresso de uma série de outros novos países, muitos deles também tardiamente independentes. Outro aspecto importante no caso argelino foi a perfeita adaptação a uma realidade de costumes, de economia muito diversa da qual costumeiramente haviam se originado teoricamente estes tipos de economias coletivas, provando que o cooperativismo faz jus a maleabilidade que costuma caracterizá-lo. A população não somente cooperou desde o início com estes modelos apresentados, como ainda se encarregou de inová-lo trazendo contribuições de modelos tradicionais e/ou regionais nas relações comerciais, produtivas e sociais, produzindo assim variações originariamente não concebidas nos projetos de base, mas que tiveram grande impacto para o processo de absorção e incorporação das práticas cooperativistas. No entanto seu impacto nos demais países foi, de certo modo maior do que os resultados alcançados no próprio país (sempre limitados aos bens vagos), pois o golpe do Cel. Boumedienne em 19 de junho de 1965, pôe fim na prática a autogestão institucionalizada por Bella em 1963.

### *A Iugoslávia*

No final da Guerra, a Iugoslávia surge como país, tendo-se constituido durante a luta de guerrilha contra o nazismo. O Estado daí surgido era do tipo stalinista, "Estado totalitário de partido único". Os iugoslavos chamam este período de sua história de "período de centralização". De início, houve expropriações de bens dos patrões privados, geralmente colaboradores do regime nazista, considerando-se que os anti-nazistas haviam acabado em prisões ou sido mortos. Até 1950 a população acredita no patriotismo dos membros do partido comunista, aceitando sua atuação como gestor no lugar dos ex-patrões. Mas em 1948, com a

relações entre a Jugoslávia e o Reino Unido. O país vive sob constante ameaça de invasão soviética. Sua neutralidade acertada entre Churchill e Stalin não era confiável, pois os Estados Unidos não a reconheceriam e Stalin considerava a Grã-Bretanha incapaz de oferecer-lhe resistência, diferentemente dos E.U.A. A avaliação parecia acertada, ainda mais porque a única intervenção americana a favor de Tito fora de cunho econômico, quebrando o bloqueio imposto àquele país pela URSS, obtendo assim a neutralidade de um país no bloco dos adversários. Tito acreditava ser necessário estabelecer o apoio entusiasta das massas para enfrentar, se necessário o poderio soviético, para isso era preciso restabelecer a enorme popularidade de que gozava a classe dirigente entre 1941-1945. Tito concilia a burocracia dirigente e as massas com os decretos sobre auto-gestão de 1950. Novamente o jurídico fora antecipado pelo histórico, em 1945-1949, haviam se formado espontaneamente alguns conselhos de fábrica, nos quais as pressões operárias sobre os quadros comunistas ainda eram sensíveis.

Mas as raízes e o êxito técnico das cooperativas iugoslavas estão principalmente numa certa tradição histórica de trabalho cooperativo, no campo basicamente. Os teóricos oficiais da antiga Liga dos Comunistas Iugoslavos, nome do hoje extinto partido comunista iugoslavo, pretendiam até a década de 60 que as raízes anteriores não tinham grande importância no fenômeno, mas progressivamente admitiram que este teria sido um elemento fundamental na consolidação do cooperativismo no país. Uma outra controvérsia surge desta confissão. Qual teria sido a origem do cooperativismo iugoslavo? As caixas Reiffesen, herança da colonização prussiana? Ou mais modernamente a experiência surgida do contato entre militantes voluntários deste país na luta contra o franquismo durante a guerra civil espanhola? Parece que hoje com o fim da hegemonia do país, os estudiosos chegaram a conclusão de que nas áreas do antigo Império Austro-Húngaro foi a formação de um fundo comum para compra de grãos e insumos agrícolas que levou à formação das caixas Reiffessen, tornando as regiões norte (Croácia, Bósnia-Herzegovina e Eslovênia) ricas, principalmente se comparadas às próximas da Albânia. No entanto, foi de grande valia o contato com as cooperativas agrícolas e industriais catalãs durante a Guerra Civil Espanhola, pois além de ser uma experiência próxima da realidade eminente daquele país, que

temia a invasão soviética, ainda se aplicavam a uma agricultura mais moderna, além de abordar a coletivização industrial. Os serviços pareciam ter se aproximado mais desta matriz cooperativista, estendendo-se ao Montenegro, com quem historicamente tem laços mais sólidos.

### *A curta experiência da Tcheco-Eslováquia em 1968.*

A rigor a autogestão jamais existiu neste país. Não se deu neste país um processo como o ocorrido na Hungria, mais precisamente em Budapeste, onde se formaram conselhos operários, culminando com o Conselho Central Operário de Budapeste. Ocorreu porém um processo pacífico de fazer da empresa "o sujeito da gestão, e não o objeto desta gestão", na formulação de Joseph e Vladimir Fisera em artigo que se tornou histórico: [Os Conselhos Operários na Tcheco-Eslováquia] no número especial da revista Autogestion et Socialisme (4), basicamente limitado inicialmente à Boêmia, o processo refletia a dificuldade imediatamente ressentida de se implantar sem modificações, o modelo soviético. A primeira pelo fato da Tcheco-Eslováquia já ser um país industrialmente desenvolvido com uma porcentagem de 70% de operários em relação a população global (dados de 1963) contra 35% na RDA. Por isso foi necessário tentar algumas formas de participação, que falharam. As tensões aumentam (5) entre operários e os técnicos, o centro e as empresas. Na Boêmia portanto começaram a aparecer movimentos espontâneos de cooperativismo autogestionário. A iniciativa de institucionalizá-los veio no entanto do governo que pensou ter ali um meio de aumentar sua produtividade industrial, pois relatórios oficiais apontavam semelhanças entre a atitude dos trabalhadores no país e os assalariados nos países capitalistas, querendo com isso frisar o desinteresse dos operários pelo seu trabalho, dado que os primeiros não identificavam o conceito de posse estatal com o de posse coletiva das empresas. A reunião de janeiro de 1968 do Comitê Central do Partido Comunista Tcheco foi o estopim. Autogestão se tornou tema obrigatório dos jornais e revistas, e prioritário nas fábricas. Em março se elegiam os primeiros conselhos operários. Porém, já em agosto as tropas "irmãs" do Pacto de Varsóvia invadiam Praga pondo fim a experiência. No entanto a curta experiência tcheca foi capaz de gerar um número tão rico de debates e literatura

errores do tema que sua contribuição teórica não pode ser negada. Não se espeilharam não só países menos atingidos do antigo bloco comunista como a RDA, como cooperativas de rio e países capitalistas, tais como as do Canadá.

### Importância destas três experiências no cenário do cooperativismo recente.

O cooperativismo teve momentos de auge, tais como o ocorrido na constituição dos movimentos sociais (e descritos no início deste capítulo), principalmente trabalhistas, que culmina de certa forma com as primeiras Internacionais; e mais modernamente no pós-guerra, onde ocorrem as experiências acima relatadas. Seus momentos de refluxo correspondem mais a uma queda na tendência histórica de crescimento do que propriamente dito a uma queda real persistente e abrangente. Muitas vezes ele renasce onde havia sido dado como extinto, sob outras formas, outros enfoques. Isso é, aliás quase sistemático nos países do Terceiro Mundo.

O refluxo cooperativista decorrente da retomada de um modelo sindicalista mais afeito à lutas parlamentares, como o ocorrido na Grã-Bretanha pós I Internacional, se teve um visível impacto negativo de frear uma eclosão geométrica de cooperativas, teve também um esforço positivo que foi a tentativa de maior racionalização do sistema afim de viabilizar as restantes. Um esforço de estabelecer federações e confederações que irá propiciar maior flexibilidade às cooperativas frente as eventuais mudanças estruturais da política, elemento que, num período conturbado como o foi a segunda metade do século XIX muitas vezes fez falta às cooperativas, ineptas a se adequarem aos novos quadros institucionais. E do refluxo decorrente dos conflitos bélicos da Primeira e Segunda Guerra Mundial, que revolucionários e reformistas se valeram para recuperar e/ou tentar implementar novas experiências cooperativistas. Daí a importância destes três casos.

A Iugoslávia para poder fugir ao isolamento na qual sua postura política crítica ao Estalinismo havia levado, tenta formar um novo bloco no qual possa se inserir internacionalmente. Para tal fomenta a

países não Alinhados, os qual fazem parte juntamente com  
os países como: Brasil, Índia, México, uma boa parcela dos futuramen-  
te chamados NICs asiáticos, etc. Durante vinte anos aproximadamente a  
preocupação destes países em ter tanto economicamente, quanto políti-  
camente independência em relação aos dois grandes blocos faz com que o  
discurso "não alinhado" tenha grande penetração. A Alemanha Ocidental  
(RFA) consegue num acordo com o patronato obter a co-gestão, uma medi-  
da de consenso que procurava limitar os confrontos entre os fortes  
sindicatos alemães e o governo de Adenauer. Para sustentar argumentos  
favoráveis à manutenção da co-gestão, as grandes centrais alemãs foram  
buscar na experiência iugoslava elementos estatísticos para ilustrar  
suas exigências frente aos Konzerns (agrupamento banco-empresa-  
"lands" (estados)) que dominam a economia alemã desde sua formação com  
Bismarck. A Hungria possuía técnicos formados e/ou com estágios em  
Belgrado. A região de Trieste-Trento, fronteiriça entre Itália e Iu-  
goslândia serviu de vitrine para esta última tentar exportar o modelo  
cooperativista para regiões européias vizinhas.

A Argélia atinge uma outra parcela de países, não contemplados  
pelo discurso de Tito, seu poder de penetração é considerável, consi-  
derando-se a extensão real do cooperativismo neste país. Consegue  
atingir não somente os países de influência islâmica, mas também os  
demais países sub-desenvolvidos. O sudeste asiático, por exemplo, vê  
na experiência argelina um modelo passível de ser adaptado à suas rea-  
lidades. Mas é com a China que o Ocidente irá debater os méritos do  
cooperativismo. Nas décadas de 60 e 70, o maoísmo vai encantar uma  
parcela das esquerdas do Ocidente. Os feitos das cooperativas agríco-  
las chinesas é comentado nos mais variados meios. Pensadores das mais  
variadas matizes vêem na China a possibilidade de se implantar o comu-  
nismo em países agrários atrasados, "pulando" etapas para realizarem  
suas revoluções.

Em grandes linhas, o debate gerado neste período é, diferentemen-  
te do que ocorre hoje, mais extenso. Enquanto alguns pensavam no coo-  
perativismo para superação dos entraves à dominação imperialista, em  
discursos simpáticos a causas terceiro-mundistas, outros nos países  
centrais irão questionar até o "porquê produzir". Querendo com isso  
colocar em xeque a essência do modelo fordista de produção, o ritmo

taylorista que ele então propunha, chamar a atenção para o direito ao ócio, propondo ou antevendo pela evolução do desenvolvimento das máquinas e da tecnologia de um modo geral, um mundo no qual a quantidade de trabalho fosse bastante reduzida. Decorriam daí questões tais como: "serão os trabalhadores marginalizados em massa, porquê desnecessários", questões que se tornaram motivo de ironia, questões que foram consideradas cômicas porquê datadas, anacrônicas no fim dos anos 70 e nos anos 80, pois a ciência não havia atingido os avanços que para ela tinham sido previstos, mas que no início da década de 90 ressurtem com força.

André Gorz, em suas obras mais polemicas coloca a questão da expropriação coletiva do trabalho pelos Estados ditos socialistas, a quem chama de "Estados capitalistas burocráticos". Cornélius Castoriades nos cadernos "Socialismo ou Barbárie", que marcou o pensamento das esquerdas nos fins da década de setenta, início de oitenta, retoma algumas destas questões apontando como Gorz o cooperativismo como alternativa para o controle operário direto da produção. Em ambas as obras a crítica ao taylorismo e sua réplica soviética, o estalinismo é feita.

Até mesmo os regimes militares da América Latina e Ásia, mais insuspeitos de simpatias socialistas, vão buscar nos modelos cooperativistas destes países mencionados, devidamente despidos do que pode vir a ser incontrolável pelo governo ou considerado tendencioso, soluções para seus conflitos sociais mais básicos. Honduras, o país que deu, não sem razão, origem a expressão: "República Bananeira" ou "Banana Republic", é talvez o caso mais típico.

O País tinha dois terços de seu território nacional, como propriedade das companhias norte-americanas United Fruit e Standard Fruit Company (6). Após inúmeras revoltas camponesas, nas quais estas companhias acabaram por transformar, com sobras militares americanas, a força pública hondurenha em exército, para coibir os revoltosos, o governo elaborou um projeto de assentamento rural de grande porte que consistia em aproveitamento de uma área pantanosa devidamente tratada e adaptada para o cultivo de horti-fruti-granjeiros e agrumes em geral (7).

Neste projeto, os agricultores estão dispostos em cooperativas agrícolas financiadas pelo governo, que as supervisionam regularmente. Aonde os aparentes sucessos encontram seu limite é precisamente no que constitui o eixo por excelência do cooperativismo, ou seja a questão da gestão.

Aqui, apesar de todo o discurso oficial, transparece o problema da falta de legitimidade de uma estrutura política de representação montada de cima para baixo. Kardelj, principal teórico do cooperativismo iugoslavo (e por um bom tempo o "número dois" do regime de Tito), já falava do que considerava um duplo perigo: a sabotagem dos "burocratas" (termo para definir os estalinistas) e os anarquistas cujo crime era tirar das mãos da Liga dos Comunistas o poder do trabalhador.

Os militares hondurenhos só tiveram o trabalho de adaptar o aparato jurídico criado por Kardelj às realidades latino-americanas (modificando também o discurso). Os camponeses hoje se recusam a saírem de seus lugares de origem para ir viver longe de qualquer centro urbano(ã). Além do mais, tem a nítida consciência de que não são gestores das terras, apenas empregados. Esta consciência toma rapidamente corpo quando tentam produzir autonomamente e por não estarem atendendo aos planos governamentais, vêem negados financiamentos e facilidades normalmente concedidas para a compra dos produtos agrícolas selecionados pelo governo. (Em geral para exportações.) Ainda assim a saída escolhida pela classe dirigente do país para amenizar os conflitos que poderiam desencadear uma Revolução agrária mostrou mais criatividade do que as utilizadas pelas "ditaduras irmãs" latino-americanas. Estas, também se valeram do instrumental cooperativista, sem no entanto edulcorá-lo como elemento de justiça social, na mesma intensidade, nem com a mesma habilidade hondurenha.

Provavelmente isto deveu-se ao fato dos demais países latino-americanos, diferentemente de Honduras, estarem empenhados em sua industrialização, não dependendo, em termos políticos, tanto quanto a "República Bananeira", da pacificação do campo (9). As velhas estruturas de poder rural em países como Brasil eram talvez mais aptas a segurarem as rédeas dos movimentos agrários, que conheciam bem, do que os movimentos surgidos num país cujos "donos" no sentido literal da

palavra. Mas apareciam pois citavam no estrangeiro. O brio nacionalista do povo ferido, por estabelecer a identificação da classe governante com interesses estranhos à nação, resultando na "venda do país" aos Norte-Americanos, por um lado, a ausência de estruturas sociais tais como a dos nossos "coroneis" para manter o status-quo por outro, teria feito com que os políticos hondurenhos se empenhassem mais nesta via.

'Os aspectos jurídicos do cooperativismo brasileiro'

-Histórico: O surgimento da Organização das Cooperativas do Brasil-(O.C.B.)

O cooperativismo brasileiro teve na década de 50 as primeiras tentativas de normatização, basicamente por obra da União das Associações Cooperativas, a UNASCO. Esta entidade procurava dar um corpo ao mesmo tempo jurídico e político-institucional às cooperativas que, até então vinham se desenvolvendo sem muita integração entre si. Este fato foi, responsável em parte por sua repercussão um tanto limitada em meios nos quais não pesasse à favor uma forte tradição cooperativa proveniente de culturas europeias, a que somada que do ponto de vista da difusão do ideal cooperativista havia uma deficiência (1). Divergências profundas no tocante a estrutura administrativa e ao ideal cooperativista entocados fizeram com que a UNASCO cindisse, surgindo a ABCDOF-Associação Brasileira de Cooperativas.

Foi necessário que o regime militar de 1964 visse interesse em atrelar a representação das cooperativas nacionais ao governo para que, de cima para baixo, UNASCO e ABCDOF fossem unidas numa única entidade, a DCB. Isto foi feito no VI Congresso Brasileiro de Cooperativismo, realizado entre 22 e 26 de dezembro de 1969. O Gal. Geisel era um dos representantes do governo e o Gal. Médici era chefe do governo.

Dois aspectos fundamentais que marcarão o cooperativismo brasileiro terão as suas raízes. O primeiro foi a deliberação que tornava obrigatória a criação de um fundo, em cada cooperativa para educação e desenvolvimento cooperativista. A DCB tinha poderes para verificar se os fundos e os cursos estavam sendo satisfatoriamente ministrados, caso não o estivessem tinha poder para intervir. Esta deliberação foi feita para contentar a ala mais progressista do cooperativismo. Já o segundo aspecto, mais conservador, ficou patente na substituição de toda a legislação anterior a 1966, por princípios gerais vigentes na ACI-Aliança Cooperativa Internacional. A legislação anterior fora considerada "inovadora demais" pelo governo. A ACI, a bem da verdade nunca impôs que legislação alguma anterior à entrada das entidades nacionais fosse abandonada como requisito à sua filiação. Pelo contrário, isso seria contraditório aos seus princípios, uma vez que, como órgão de representação máximo deve ter princípios suficientemente gerais para abranger uma diversidade de cooperativas, (em termos de tipologia) juntamente à uma diversidade de natureza geo-política, (países em diferentes estágios de desenvolvimento, com diferentes regimes político-econômico). Portanto uma vez que estes princípios englobariam as legislações existentes, a ACI acertaria, por exemplo, a legislação brasileira, constituiria-se caso contrário em

exemplo de ingerência... e... No entanto, o fato de estar integrada à unidade da representação brasileira... não havia sido tratado de uma deliberação própria, mas de uma necessidade institucional para que a ACI acedesse à representação na ACI. É deste modo que sem muitas restrições suprimiu por meio desta mantida uma representação que se revelava incômoda.

Se de fato antes que o governo militar intervisse para juntá-las, ABCOOP e UNASCO compreendiam a necessidade da existência de uma entidade única que pudesse representar as cooperativas do país, mas não haviam ainda se unido, não porque imaginavam antes que uma sobrepujaria a outra, mas porque não haviam percebido a necessidade de se fazer concessões neste sentido. No entanto, já a partir do V Congresso Brasileiro de Cooperativismo, os dois lados perceberam que suas respectivas avaliações acerca do rumo que se abria próximo para a tendência adversária se revelavam equivocadas. Ambas as associações haviam crescido, sem no entanto que este crescimento tivesse se dado em detrimento uma da outra. Como passou a ser observado que as cooperativas brasileiras deveriam ter uma inserção nas representações internacionais, e que isto pressupunha a existência de uma única central cooperativista nacional, uma vez que a ACI se aceita um único representante por país), as duas associações e seus filiados haviam percebido claramente o impasse e visto a impossibilidade de resolução no horizonte da estrutura fragmentada existente. Passaram portanto a entrar em processo de negociações e conversações. Assim os dois lados começaram a dar início a um amplo processo de consultas nacionais junto a seus membros, para averiguar como estes considerariam a hipótese de junção.

No entanto esta não foi a versão dada pelo governo, que se autorgou os louros de ter promovido o "casamento do século", apaziguando a rixa entre UNASCO e ABCOOP via Ministério da Agricultura, seu interventor oficial. A junção, aliás não se deu do modo democrático como havia sido imaginado pelas duas associações, que promoviam amplos debates e discussões de forma livre. Não era e não poderia ser prática de um regime militar este tipo de atitude. De fato o governo preferiu aproveitar de sua posição privilegiada e remodelar as duas centrais às suas próprias concepções políticas, a posicionar-se de maneira neutra, contribuindo apenas com seu apoio formal institucional para que a junção ocorresse.

Além do mais, a disputa entre UNASCO e ABCOOP não havia sido de toda vez que resultara na produção de uma ampla legislação específica ao setor, denominada no meio cooperativo de então de "corpo de maio de 1962". Este corpo, termo que designa juridicamente uma identidade de teses, era uma compilação das principais teses e leis que orientavam as cooperativas até então. Extremamente atuais,

apesar de terem se passado mais de vinte anos, esta lei, em seu conjunto, tora-se superada por uma nova legislação que entre outras discrepâncias, deixava ao governo o voto decisivo sobre as deliberações efetuadas pelas assembleias cooperativas. Deste modo, em apenas dois anos, através da Lei n. 24 de 18 de dezembro de 1971, o sistema OCB foi criado e implantado.

Esta lei de 1971 que dá existência jurídica às cooperativas decompõe-se em oito teses gerais, também conhecidas como Princípios gerais do OCB:

a) manter a neutralidade política e religiosa (religião, doutrina, religião, etc.);

b) integrar todos os ramos das atividades produtivas;

c) manter registros de todas as sociedades cooperativas que, para todos os efeitos, integram a COB;

d) manter serviços de assistência geral ao sistema cooperativista, seja quanto à estrutura social, seja quanto aos métodos operacionais e de orientação jurídica, mediante pareceres e recomendações, sujeitas, quando for o caso;

e) dispor de setores consultivos de acordo com os segmentos do cooperativismo;

f) fixar a política da organização com base nas propostas emanadas de seus órgãos técnicos;

g) exercer outras atividades inerentes à sua condição de órgão de representação e defesa do sistema cooperativista; e

h) manter relações de integração com entidades congêneres do exterior e suas cooperativas.

O primeiro artigo desta lei serviu de forma muito clara aos propósitos do governo que era limitar o poderio até então considerável das cooperativas sindicais. Sob a estranha acusação de estarem fomentando um tipo de discriminação socio-profissional, não estariam preservando a tão mencionável neutralidade política, uma vez que estariam presas a uma ideologia discriminatória, o "trabalhismo sindical", o que quer que isto queira dizer. Entre outras razões, inclusive de ordem técnica, isto foi um determinante na extinção daquela que chegou a ser considerada a maior cooperativa de consumo da América Latina: a COOPFER, Cooperativa de consumo dos empregados da Viação férrea de Sta. Maria, em 1964. Esta cooperativa, surgida em 1915 teve, na sua fase áurea, mais de 18 mil cooperados, dispondo de recursos tais como: fábrica de sabão, de bolachas,

alfabetização, alfabetizadores, farmácias populares, uma escola para escolas primárias ao longo das linhas férreas atendendo aos filhos dos empregados, uma escola técnica de artes e ofícios reputada, etc.

Uma consequência importante da incorporação do cooperativismo ao plano do Estado foi a retirada das organizações sindicais de prover moradia aos seus membros. Os bancários de São Paulo, os ferroviários de Campinas e Jundiaí, por exemplo, construíram casas, conjuntos e até mesmo bairros inteiros para seus membros, através do recolhimento do imposto sindical e principalmente do fundo de garantia que desde a CLT de Vargas era recolhida por obrigação. O Estado autoritário, decidido a enfraquecer o poder sindical, não por acaso extinguiu a CLT, instituindo a ECLT (Lei nº 1.134/36), o INDOCOOP (Instituto de orientação ao cooperativismo brasileiro), criou o BNH (Banco Nacional de Habitação e Urbanização) e em 1938 a Sociedade financeira de habitação e urbanização, o qual trouxe sobre o modelo de habitação popular e operária a ser desenvolvido. Embora não se visse a unificação da previdência social, nem o BNH conseguiram atingir o fim a que se propunham, pois, com exceção da classe média, as classes-alvo não se identificaram com estas medidas.

A empreitada de assegurar o controle do cooperativismo nacional por parte do governo não é, como pode parecer a ênfase colocada no período do regime militar, recente. Como também não é recente a legislação que o ampara.

O decreto que primeiro menciona o cooperativismo data de 6 de janeiro de 1903. O decreto nº 799 permitia aos sindicatos a organização de caixas rurais de crédito (e aí está uma prova concreta da penetração sindical no meio rural, penetração muitas vezes considerada inexistente) de cooperativas de produção e consumo. Quatro anos mais tarde, em 5 de janeiro de 1907, o decreto nº 1637 reconhece a utilidade pública das cooperativas, mas não lhes dá forma jurídica.

Em dezembro de 1925, a lei nº 4948 e o decreto nº 17339 de junho de 1926, tratam dos dois tipos de cooperativas de crédito: as caixas Raiffeisen e os bancos populares Luzzatti. Finalmente chegamos no momento em que o Estado começa a se preocupar com a autonomia das cooperativas. Em plena ditadura getulista, as leis iam e vinham, e um período turbulento, mas rico em idéias inovadoras.

Em 19 de dezembro de 1932, o decreto nº 22239 expõe a doutrina e as características cooperativistas. Em 1934, por pressões fortíssimas, é revogado, deixando um vácuo até 1936, onde é reestabelecido. Em 1943 é novamente

revogado, sendo que neste período algumas manifestações são presos por desordem pública, e iniciam uma breve greve.

Em 1945 torna a vigorar, mostrando que as manifestações que se sucederam desde a prisão dos manifestantes teve uma repercussão popular importante. E 1966, com o decreto-lei de 11 de novembro (nº 59), o cooperativismo sofre a primeira grande investida do centralismo estatal, depois de 20 anos durante os quais pôde se desenvolver num ritmo maior do que o do conjunto da economia, num momento em que esta justamente apresentava performances que viriam mais tarde a ser consideradas excepcionais. Novamente as cooperativas se deparam com um regime autoritário que tenta por fim a uma autonomia pacientemente conquistada. Em abril de 1967, com o decreto nº 50597, o processo se acentua, com a perda dos incentivos fiscais (na verdade, isenções fiscais seria a denominação mais adequada, uma vez que as cooperativas, consideradas décadas como de utilidade pública, gozavam deste tipo de tratamento, quase não conhecendo outro tipo de apoio por parte do governo) e praticamente todas as liberdades conquistadas até então.

Em 1971, pela promulgação da lei nº 5764, e definidos o regime jurídico, a constituição e funcionamento das cooperativas, inclusive, como já vimos, a sua representação interna e externa ao país.

Em 1986, com a promulgação da nova constituição brasileira, mudanças consideráveis vieram. O cooperativismo brasileiro 'conquista' sua autonomia. Veremos mais a frente porque tal afirmação deve ser ouvida com certa dose de suspeita. Por hora vejamos em que a constituição alterou as relações Estado - cooperativas. Pela constituição, o cooperativismo brasileiro se livra da tutela do Estado, tendo, entre outras conquistas, obtido o direito de constituir seus próprios mecanismos de sustentação e instrumentos financeiros(2). A fórmula de gestão deliberada pelas cooperativas brasileiras foi a autogestão, fórmula de gestão esta que foi ratificada na constituição de 5 de outubro de 1986.

Em 1990, com a promulgação do decreto nº 6 de 10 de maio, departamentos tais como o Departamento nacional de cooperativismo e desenvolvimento rural (DENACCOOP) foram criados. Este novo departamento está subordinado à Secretaria nacional de reforma agrária. Seu objetivo seria fomentar a melhoria da infra-estrutura rural, via Sistema de cooperativismo e associativismo.

Com isto damos o passo para abordar outro aspecto do cooperativismo sempre presente, mais até do que se imagina, embora pouco mencionado: o associativismo.

## ASSOCIATIVISMO E COOPERATIVISMO

Com a ascensão do governo militar no Brasil, a intervenção do Estado no cooperativismo passou a ser crescente. Isto afetou muito as estruturas já existentes. Aquilo que representasse qualquer tipo de poder que não pudesse ser direto ou indiretamente controlado pelos governantes militares foi excluído na prática da possibilidade de existência, e o caso das cooperativas ligadas aos sindicatos. Já vimos que a criação do INOCOOP e a eliminação de isenção do ICM (hoje ICMS) para as cooperativas de compra tolheram aos sindicatos e associações de classe (tais como a dos empregados das ferrovias de Sta. Maria, aos quais já nos referimos ao mencionar a COOPFER) o poder de usar a estrutura formal de cooperativa para combater o chamado "sindicalismo amarelo". Ou seja, o sindicalismo ligado ao governo é atrelado ao patronato. Esses sindicatos amarelos foram mais uma das criações de Getúlio. Pequenas vantagens relativas concedidas esporadicamente mantinham os trabalhadores adeptos deste tipo de sindicato na configuração desejada pelos empregadores. Para fazer face a este tipo de política paternalista, os sindicatos mais atuantes eram obrigados a mostrar um grau de eficiência tal que pudesse contrabalançar, em termos de efeitos, as realizações e/ou positivos obtidos pelos sindicatos pelegos. Um importante instrumento para tal foi justamente o cooperativismo.

É certo que na maior parte das vezes os sindicatos capazes de executar tal tipo de competição com êxito eram os grandes sindicatos, embora aqui e ali se tenha registro de pequenas entidades de classe capazes de enfrentar em pé de igualdade os "amarelos". Nestes casos é notória a existência de algum fator de coesão maior que pode ser a concentração geográfica, a relativa especificidade profissional, que tanto pode resultar num número reduzido de membros, quanto num status social diferenciado que lhes confira o sentimento de pertencer a uma casta à parte.

Por isso, tanto as mais velhas, para as quais o destino da COOPFER era uma realidade muito próximo, quanto as mais novas, tiveram de se adaptar em vistas a poderem achar um meio de driblar as novas regras do jogo. Uma das formas de escapar aos rigores e limitações que a intervenção estatal impunha a essas entidades foi adotar uma forma jurídica mais flexível, que não perdesse no entanto aqueles princípios cooperativistas a que se propunham inicialmente. A associativa passou a ser vista como o tipo de organização que melhor preenchia os requisitos exigidos.

Para podermos analisar as razões que levaram organizações como os sindicatos a optarem por este tipo de organização jurídica colocamos um quadro comparativo

reduzido por. menor explicita de diferenças entre cooperativa e associação. Por isso o regime preferiu atacar por falar de movimentação sindical que propunha superar a rigidez legal. Não porque fosse o único tipo de segmento social que o fizesse. Mas porque numericamente foi o mais representativo, tendo uma dimensão nacional que outras organizações não tiveram. Talvez até porque não se atacou sobre estes outros segmentos da sociedade a repressão na mesma intensidade e extensão com a qual o regime atacou os sindicatos. foco do tão repudiado conflito social entre capital e trabalho, que o regime pretendia resolver a sua maneira.

## COOPERATIVAS

## ASSOCIAÇÕES

|                                                                                   |                                                                                               |                                                                                                            |
|-----------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Juridicamente</b><br>econômicos                                                | Sociedade civil de<br>fins econômicos                                                         | Sociedade civil de<br>fins não-                                                                            |
| <b>Amparo legal</b>                                                               | Código civil - Legis-<br>lação específica. Lei<br>5784 de 16/12/71                            | Código civil                                                                                               |
| <b>Objetivos</b><br>-<br>associados,<br>melhoria<br>profissional,<br>prestação de | Promover venda em com-<br>mum, prestação de ser-<br>viços, assistência<br>técnica e educativa | Promover defesa dos<br>interesses dos<br>associados, incentivo<br>à técnica,<br>cultural,<br>serviços, etc |
| <b>Nº de pessoas</b><br>legal                                                     | Mais de 20 pessoas que<br>exercam atividade afim                                              | Não existe mínimo                                                                                          |
| <b>Ergão norma-<br/>tivo e fisca-<br/>lizador</b>                                 | Conselho nacional de<br>cooperativas (CNC)                                                    | Não há. Dissolução<br>poder público                                                                        |
| <b>Area de atua-<br/>ção</b>                                                      | Limitada em relação<br>ao controle de ope-<br>rações e reuniões                               | Não há limitações                                                                                          |
| <b>Comerciali-<br/>zação</b>                                                      | Feita diretamente<br>pela cooperativa                                                         | Feita conjuntamente<br>pelos socios                                                                        |
| <b>Receita</b><br>sociais,<br>subvenções e<br>serviços                            | Taxas de serviços som-<br>bre as operações dos<br>cooperados                                  | Contribuições<br>doações,<br>taxas de                                                                      |





Esta mudança ideológica de ponto de vista pode ser bem exemplificada pela campanha presidencial de 1984. Nesta, candidatos como Aureliano Chaves (PFL-MS), gastaram dias de sua campanha televisiva para apresentar o cooperativismo, "superador do conflito capital-trabalho", nos discursos do candidato. O período todo de campanha eleitoral primou por uma similaridade extrema entre as propostas e análises de praticamente a maior parte dos partidos. Deste modo, se um candidato, procurando diferenciar seu produto dos demais, tocasse em algum ponto que fosse reverter o IBOPE nem que em vestígios percentuais, acabava então por desorientar e aporrear o tema por seus contrários. Foi assim na questão dos desempregados, dos luzidos dos doentes do Brasil e dos cooperativistas, entre outros. PSD, PT, PFL, etc. se empenharam a apresentar suas respectivas versões sobre o tema.

Nos dois lados, no discurso, a direita demonstrou que havia aderido à ideia de moldar ainda mais o cooperativismo ao seu perfil. O PL, por exemplo, impulsionado por um discurso de seu líder, Guilherme Afifi, colocou alguns de seus membros em órgãos normativos regionais de cooperativas. Em certas ocasiões apenas teve o trabalho de aliciar certas "lideranças" para redirecionarem os órgãos onde se encontravam. Por isso não se explica de outra forma a relativa facilidade com a qual inúmeras microempresas, setor sustentáculo do grupo afifista do PL, conseguiram travestir suas atividades para "cooperativas".

Se por um lado é verdade que as cooperativas sofreram um impacto externo ao ponto de vista do cenário que as sustentava, com este incremento promovido pela onda liberal cabe relativizar esta pressão externa, mostrando que a degeneração das cooperativas, no tocante ao seu empasamento teórico, se dá em razoável parcela por consequência da pouca clareza que se tem ao perfil deste tipo de organização social.

Uma cooperativa agrícola como a de Cotia (CAC), deixa de cumprir uma série de requisitos que conceitualmente a manteria no status de cooperativa, pouco diferindo das grandes empresas capitalistas. Queremos ressaltar aqui que estamos dissociando a questão da eficiência da questão da filiação ideológica. Não há porque, a priori, relacionar uma questão à outra. Para tal, citemos como exemplo a cooperativa de consumo dos funcionários do Banco do Brasil, cuja organização e nacionalidade são reconhecidas inclusive nos países americanos vizinhos com maior tradição cooperativista tais como Argentina e Uruguai. Este tipo de cooperativa, como já sabemos, não visa ao lucro e não pode portanto ser considerado um empreendimento capitalista típico. Em 1987 havia beneficiado um contingente de 10000 membros diretos, e praticamente o mesmo tanto de membros indiretos (ou seja, novos aderentes à espera de um

o deserto definitivo na cooperativismo. Este deserto, se for  
ainda mais necessário no contexto mundial, as que  
eficiência e política ideológica, são tidos como elementos  
antagônicos. A ficção da associação, da associativismo,  
surge portanto como uma alternativa, seja para se furter a  
intervenção governamental quando esta não era desejada, seja  
para corrigir desvios ocorridos durante o desenvolvimento de  
algumas cooperativas.

O fato de juridicamente não ter fins  
econômicos, na aceção já descrita anteriormente segundo o  
Código Civil Brasileiro, limita a entidade a buscar apenas  
"realizar interesses materiais". Isto não impedia os  
sindicatos, por exemplo, de atuar no sentido oposto e  
"buscar obter lucros e ou afeituarem despesas", o que as  
descharacterizava como cooperativas. Mas o processo não se  
deu sem luta. Feitas regras cooperativistas prevaletentes até  
a constituição de 1960, estes segmentos mais organizados da  
sociedade tinham tanto poder quanto as sociedades  
recreativas, que as cotegavam. O significado isto é claro:  
o abandono da forma institucional da cooperativa já era um  
consenso quase geral. No entanto, a simples migração para o  
modelo associativo, a primeira vista interessante, só era  
interessante após uma série de reformas que tornassem viável  
o conjunto de práticas que na forma estatutária cooperativa  
já não podiam mais ser aplicadas. A adequação do  
associativismo aos princípios do esquema cooperativo  
necessitou de um movimento de escala nacional.

Como isto se deu ainda durante o regime  
militar, esta tarefa ficou por conta de algumas associações  
de classe, uma vez que estas eram consideradas menos  
perigosas que os sindicatos, para flexibilizar a lei que as  
regulamentava. Associações que são um bom exemplo disto são  
as colônias de pescadores que conquistaram o direito de  
comercialização e pré-industrialização de seus pescados. Ou  
seja, uma associação a nível nacional se mobilizou e  
garantiu um "interesse material" para si. A portaria nº 471  
do Ministério da Agricultura (veremos porque justamente este  
ministério, no final deste capítulo) de 26 de dezembro de  
1973, baseou-se no recurso que agia segundo o artigo nº 94  
do decreto-lei nº 221 (de 28/02/67), para dar a liberação  
legal aos segmentos associativistas para que pudessem  
alcançar um status mais atuante, distinguindo-se finalmente  
do âmbito das sociedades beneficentes e recreativas na qual  
se encontravam. O interessante é notar duas coisas: a  
primeira é de que se trata de uma comunidade dispersa numa  
extensão territorial muito grande, o que deveria dificultar  
e até mesmo impossibilitar a união que se verificou,  
demonstrando assim que as discussões foram fundamentais e a  
organização eficaz. Seguida, que os pescadores não são  
exatamente uma categoria de forte penetração nacional, a  
televisão dando pouco destaque ao que eles fazem, e de modo  
geral a sociedade dando pouca importância à sua existência.

Apontamos o fator organização como fundamental e decisivo na conquista deste direito, lembrando que entidades muito mais fortes e concentradas geograficamente, com um histórico de lutas conhecido, como é por exemplo o caso dos economistas, se recentemente conseguiram vitórias similares, demonstrando assim a relevância da fidelidade que a forma associativa confere às entidades de classe neste período.

É importante ressaltar estas mutações, primeiro de cooperativas para associativas, segundo, desta nova forma de política potencialidade operacional e política para permitir ampliação do seu raio de ação de modo a se constituir verdadeiramente nos instrumentos de fomento de modificações sociais, pois eles são indicadores claros dos vários movimentos que procuram alterar as relações colocadas pelo poder vigente, culminando com a democratização do país, além de permitir, de forma mais restrita ao nosso tema, uma rediscussão interna das cooperativas que acabou culminando com o atual estágio das cooperativas.

O poder central não assistiu a isto de modo passivo, tentando a seu modo, mais sutil do que quando o regime militar, limitar os poderes das associações. Enquanto isto, as cooperativas lutavam para, na reabertura democrática, garantir mais espaço e com isso conquistar a subjeção como metodologia gerencial para direção das entidades. Lembramos que o Estado, consciente do crescente número de entidades que fugiam ao seu controle, vai, sob pretexto de proteger e impulsionar as associativas, instituir o disciplinamento do associativismo. Não se tem notícias, a propósito dos supostamente beneficiados por esta preocupação do governo, que eles tivessem manifestado qualquer manifestação neste sentido, nem do impulso, nem de proteção, não se sabendo de certo proteção a que nível e contra quem.

Esta manobra se deu já em tempos da "reabertura democrática": o inciso II, do artigo 29 do decreto nº 20938 de 30 de maio de 1963, altera a denominação do Departamento de Cooperativismo para "Instituto de Cooperativismo e Associativismo", ampliando as atribuições daquele órgão, burocratizando a associativas em mesmo grau do que atingido pelas cooperativas, embora ainda assim estas continuassem a apresentar menos entraves à sua constituição do que as cooperativas, uma vez que esta não deve passar por aprovação das juntas comerciais locais (municipais ou regionais). O veto destas juntas foi, por certo, decisivo no desmantelamento de inúmeras cooperativas já existentes, e ao nascimento de outras novas. No Congresso tentaram ainda acaparar este novo quinhão, alegando a proximidade entre cooperativas e associativas. Neste momento a distinção entre entidades de fins econômicos e as de fins não econômicos,

que no processo político mesmo de luta dos segmentos mais organizados da sociedade havia sido abdicada, serviu para preservar as associativas das juntas comerciais. Tanto assim que o DCB (Código Civil Brasileiro), de prático mesmo no tocante à manutenção desta diferenciação, adoteu esta serventia.

E foi no bojo de todas estas pressões que nasceu o estatuto atual das cooperativas brasileiras. A Constituição de 1988, a qual já nos referimos anteriormente, reiterou um dos anseios mais antigos das cooperativas: a extinção. Assim, como a extinção do imposto sindical devido à adesão dos sindicatos a uma decisão de alterar seu relacionamento junto aos representantes, a autogestão deveria estabelecer as cooperativas a combater ainda mais de sua existência e desempenho. Por um lado, dentro de uma conjuntura de crise que se arrasta há um par de décadas, o desafio é desalentador. Por outro, existe a entrada e precipita a saída das falsas cooperativas, microempresas dissimuladas que entrincheiraram-se no saudável disputa de mercado (via cooperativa) da qual paradoxalmente são ardorosas defensoras. Só isto já basta para colocar novas perspectivas ao potencial cooperativista.

#### O COOPERATIVISMO NO BRASIL E SUA LIGAÇÃO COM A AGRICULTURA

Estranhamente à diversidade das cooperativas, quem sempre reger suas atividades foi o setor agrícola. Assim, o primeiro presidente da então nascente DCB foi o vice-governador do estado de São Paulo, que, à mando do ministro da agricultura do governo Médici, se incumbiu de fundir UNASCO e ABCDOF na DCB. Foi aliás empossado pelo ministro. O BNCC (Banco Nacional de Crédito Cooperativo), por exemplo, e diretamente (ou melhor, foi até seu fechamento pelo governo Collor em 1990) ligado ao Ministério da Agricultura, ainda que isto não significasse que o crédito às cooperativas fosse restrito àquelas do setor agrícola. O CNC (Conselho Nacional de Cooperativismo) tem como parceiros nos planos de política nacional cooperativa: o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), o BNCC e a EMBRATER (Empresa Brasileira de Assistência e Extensão Técnica e Rural). Aliás, até poucos meses atrás o CNC tinha 7 das suas 8 cadeiras de direção nas mãos de entidades ligadas à agricultura. Muitos outros exemplos poderíamos mencionar no cooperativismo brasileiro que confirmassem este fato particular no quadro internacional.

A pergunta que procuraremos responder é "por quê?". A primeira razão disto é sem dúvida o elevado peso das cooperativas agrícolas em relação ao total. Fosse este medido tanto em número de cooperados (1,3 milhões num total de 3,3, no censo de 92 relativo ao período 87/88), quanto em

termos de faturamento (R\$), não se pode simplesmente falar de todas as outras modalidades em 1985. Mesmo internamente ao setor em que se fazem as cooperativas de produção, as agrícolas são predominantes. No último levantamento feito pela DIF e SENARDOF ligado ao Ministério da Agricultura sobre as 50 maiores cooperativas de cada área, não se encontra uma única que não seja agrícola, qualquer que seja o critério adotado (recolhimento de tributos e encargos, capital integralizado, faturamento, número de associados).

Além disto um outro setor cresceu tanto que tornou-se um próprio designativo do setor do qual se originou: a eletrificação e telefonia rural. Antigamente era apenas um tipo de cooperativa de fornecimento de serviços públicos. Mas com suas ramificações urbanas acabaram por surgir, em paralelo, a outra representante de sua antiga eletrificação. Com o sucesso, um dos instrumentos importantes para a expansão da eletrificação do campo na época do II PNI, estimando-se em pouco mais de 50% do Rio Grande do Sul tenha sua rede montada em cima deste tipo de eletrificação e telefonia. Acrescentando a isso que a maior parte das cooperativas de crédito são na verdade cooperativas de crédito agrícola, se adotados os critérios de faturamento ou de recolhimento de tributos e encargos. Se adotados os dois outros critérios, no entanto, isto passa a não ser verdade.

Politicamente o governo, a exemplo do que fizeram Honduras e Venezuela, procurou resolver a questão agrária via cooperativas e políticas migratórias direcionadas para a colonização. A realidade demonstrou que pelo enfoque usado isto foi um fracasso. Mas isto para nós não tem relevância a não ser pelo fato de ser mais um elemento que explica o porquê da CNC estar vinculada ao INCRA e as posteriores transformações pelas quais passaram as cooperativas, sempre as conduzindo, de uma forma ou de outra, a organizações ou órgãos normativos que dependessem do setor agrícola.

## Capítulo final.

Os objetivos básicos deste capítulo são:

- Mapear as vertentes principais que deram corpo ao cooperativismo na América Latina.
- Destacar as diferentes fases de desenvolvimento do movimento no continente, ressaltando as peculiaridades em relação à matriz européia.
- Relatar o desenvolvimento recente nas cooperativas dos países sub-desenvolvidos, enfocando os casos latino-americanos.
- Tentar traçar uma panorama para o futuro do cooperativismo brasileiro a partir da análise de seu histórico recente.

Do mesmo modo que apesar de ter raízes em comum, tais como uma dominação colonial ibérica com características semelhantes, culturas semelhantes, a América Latina se apresenta como um mosaico de países com características sociais, econômicas e políticas muito diversas. Por este dado compreende-se que os movimentos cooperativos sofram modificações específicas de país para país.

Mas as diferenças não são apenas decorrentes destas particularidades estruturais, elas são também ideológicas. Algumas tomando forma de verdadeiras correntes de pensamento cooperativista, podendo ser mais ou menos próxima das correntes tradicionais, ou pelo contrário firmar-se como crítica fundamentada em experiências locais ao modelo rochdaliano europeu.

Na América Latina as correntes citadas acima são:

a) Cooperativismo rochdaleano de origem camra rochdaleana. É mais difundido. Congrega também a maioria da produção intelectual acerca do tema.

b) Cooperativismo indigenista, com raízes nas culturas precolombianas, ocorre principalmente no México e nas áreas andinas.

c) Cooperativismo revolucionário de alguns ideólogos da esquerda estatista, críticos da tradição rochdaleana. Eles sustentam que o cooperativismo deve "servir como instrumento de luta de classes e mudanças no esquema de poder e dominação", nos dizeres de Dante Cracogna.

d) Cooperativismo anarquista e libertário de pensadores antiestatistas, que se distinguem dos demais cooperativistas revolucionários por estarem convencidos da validade da organização livre e voluntária para superar problemas frente aos quais a força do Estado se mostra impotente.

Grosso modo são estas as principais correntes que contribuíram para a formação do cooperativismo na América Latina. Geograficamente, correspondem às seguintes áreas:

a) Cone Sul - Argentina, Chile, Uruguai e Sul do Brasil.

É um modelo europeu, rochdaleano em sua essência. Foi trazido na maior parte dos casos por emigrantes europeus no século passado e primeira década deste século. É modelo cooperativo mais encontrado, surgido de forma espontânea e de livre iniciativa.

b) Resto da América Latina - restante da América Latina, Caribe e América central.

É um modelo recente, fomentado pelo Estado de maneira nítida. Eventualmente tem apoio nas tradições indígenas locais.

Para compreender as mudanças recentes no cooperativismo latino-americano é preciso ter em mente esta divisão geo-política.

Do ponto de vista temporal, os principais momentos da história do cooperativismo na América do Sul foram:

As últimas décadas do século passado e as primeiras deste século. Nesse período se realizaram os experimentos cooperativistas mais antigos, alguns dos quais ainda existem, ou fecharam suas portas à pouco, como é o caso de El Progreso Agrícola de Figné que iniciou suas operações em 1898, El Hogar Obrero nasceu em 1905 e fechou suas operações no segundo semestre de 1991, ambas na Argentina.

Na terceira década deste século até o pós-guerra, em 1945. Nesse período as principais leis específicas para as cooperativas foram sancionadas. Servirão de limite e/ou estímulo às nascentes cooperativas. Chile 1925, Argentina 1926, Colombia 1931, Brasil 1932, Costa Rica 1943, Equador 1937, México 1936, etc.

De 1945 até 1960 a ação da Organização dos Estados Americanos(OEA), cuja ação em prol do cooperativismo através de sua Seção de Cooperativismo, estabelecida em 1946, foi notória. O ápice do envolvimento governamental se deu na X Conferência Interamericana, ocorrida em Caracas (1954). Aí se estabeleceram as primeiras resoluções sobre cooperativas.

Mas o auge de desenvolvimento abrange a década de 60.

A Ata de Bogotá (1960) e a Carta de Punta del Este (1963) destacam o cooperativismo como instrumento de desenvolvimento. Uma importante ajuda externa para projetos cooperativos de desenvolvimento se deu neste período. "Menos retórica e mais apoio efetivo dos governos e instituições", é o que analistas como Cracogna apontam para definir a década. Entre as estruturas de apoio fomentadas pelas duas reuniões acima citadas ressalta-se: a -OCA- Organização das Cooperativas da América, fundada em 1963, a SIDEFCOOP de 1969, Sociedade Interamericana de Desenvolvimento do Financiamento Cooperativo, e a - COLAC, de 1970. Conferência Latino Americanas de Cooperativas de Crédito. Além de uma série de órgãos de fomento intrenos à cada país.

O período sub-sequente será um período crítico e vai, (continuando à seguir a cronologia de Dante Cracogna, considerada clássica nos meios de estudos cooperativos) do início de 1970 à meados da década de 80. A OEA reduz drasticamente seu apoio, os governos autoritários atingem seu ápice de poder, e quando não ignoram o cooperativismo, o

Ocorre, porém, que as cooperativas, na maioria superior às barreiras socio-políticas que são instauradas durante esta onda de governos militares, ou pró-militares. O fracasso das empreitadas levadas a cabo no período faz com que aumente o número de correntes e teóricos contrários aos movimentos cooperativistas tradicionalistas de cunho rochada-leano e não revolucionários.

O período atual começa com o reestabelecimento de governos democráticos na região. Produz-se uma revalorização do cooperativismo reconhecendo-se suas possibilidades, mas também suas limitações. Isto significa que não considera-se mais, de forma genérica, o cooperativismo como panacéia universal. Típico erro dos anos 60, que induziu a criação desenfreada de inúmeras cooperativas sem nenhuma condição real de viabilidade econômica, mal implantadas, sofrendo forte resistência de integração, das populações locais, a quem deveria teoricamente beneficiar, mostrando por aí o desconhecimento tanto dos governos quanto das organizações sociais acerca das estruturas político-sociais locais vigentes, seu funcionamento e seus limites. Na realidade o que ocorre, segundo a maioria dos autores, é um enxugamento do modelo cooperativista implementado. O sucesso da maioria das cooperativas acabava por dissimular as deficiências básicas das últimas à chegar. Ou seja, como a progressão média da criação de cooperativas tinha progredido bem (com alguns casos de ritmo de crescimento exponencial), não deu-se na época devida atenção às deficientes.

Ocorre porém que justamente estas eram cooperativas experimentais, que consumiram um montante razoável de recursos e não deram os resultados previstos pelos motivos levantados acima. As cooperativas que apresentaram melhores resultados foram as mais antigas, beneficiadas talvez pela primeira vez por incentivos governamentais. Em outras palavras, seu crescimento nada tem de extraordinário, ele provém na realidade do fato de que estas cooperativas tinham uma potencialidade reprimida de crescimento, que esforços maiores de integração acabaram por revelar.

Oras, baseado nestes resultados, muitos governos fizeram do cooperativismo o eixo de seus programas de assentamento rural, por exemplo, sem no entanto dar a devida atenção ao fato de que era necessário

ter um trabalho de emulação na implementação nestas áreas, que não  
fora necessário efetivar com as anteriores por causa de sua experiên-  
cia passada. As cooperativas mais velhas haviam sofrido um verdadeiro  
processo de seleção natural, e portanto dispunham de um "know-how" em  
relação às mudanças institucionais, por exemplo.

Estas experiências acumuladas não puderam, nem poderiam ser  
transmitidas às mais novas, em razão de suas diferenças básicas de ob-  
jetivos.

Cooperativas de trabalho, de eletrificação e telefonia rural, e  
principalmente agro-industriais, como queriam desenvolver muitos go-  
vernantes latino-americanos, não tinham raiz alguma nos meios onde  
procuraram se inserir. Pior, as vezes estes meios eram frontalmente  
contrários aos utilizados localmente, quando acontecia da região aonde  
o projeto deveria se desenvolver ter bases cooperativas históricas  
mais desenvolvidas. No confronto, opunham-se métodos e tradições das  
cooperativas já estabelecidas à estrutura daquelas montadas pelo Esta-  
do, gerando imensa desconfiança das populações locais, mais propensas  
a sustentarem as cooperativas mais velhas, no conflito.

Hoje, em parte decorrente do retorno à representação institucio-  
nal típica das democracias burguesas liberais, o Estado volta a se in-  
teressar pelo cooperativismo. A OEA renova seu interesse no tema, apro-  
vando o Comité Interamericano Económico e Social (CIES), no acordo de  
San José sobre desenvolvimento e promoção de cooperativas elaborado na  
reunião técnica realizada na Costa Rica em 1984.

De modo geral, os governos ao menos em seus discursos oficiais,  
são favoráveis ao cooperativismo. Isso porquê a simples listagem das  
várias legislações nacionais específicas não é em si reveladora do  
grau de envolvimento real extra discurso destes governos, uma vez que  
não garantem que estas legislações tenham tido vigência na prática. A  
legislação da maior parte dos países latino-americanos declaram as co-  
operativas: "de interesse social" ou de "interesse público". E o caso  
do Brasil, Costa Rica, El Salvador, Panamá, Colombia, e de muitos ou-  
tros. Mais do que isso, desde a Constituição Mexicana de 1917, muitas  
Constituições nacionais tem inseridas capítulos especiais sobre o te-  
ma. Em geral nos capítulos referentes aos direitos dos cidadãos ou no  
da organização econômica e social do Estado. A Constituição do Equador

de 1981. Vai inclusive além, inserindo os setores comunitários ou de autogestão, integrado por empresas cooperativas, comunaes ou similares" entre os setores de economia nacional.

Na verdade, apenas o Chile destaca-se do grupo todo. A especificidade chilena está no fato de não ter normas específicas de apoio para as cooperativas. O governo militar de Pinochet, segundo a OEA, diz expressamente que não as fomentava para evitar o "paternalismo estatal". Na verdade, pode-se pensar que não o faz com o intuito de minimizar um legado do regime de Allende, que não conseguiram extinguir.

Atualmente, o processo de revisão das legislações tem ocorrido na maior parte dos países latino-americanos. Além das reestruturações decorrentes da necessidade de adequação das cooperativas às mudanças ocorridas nesta última década no cenário internacional, há a incorporação da crítica à manutenção dos padrões clássicos rochdalianos. Diante Cracogna ressalta que nos últimos anos tem havido um interesse crescente no aprimoramento técnico-legislativo nas regras que regem as cooperativas. Baseadas nas várias publicações especializadas e nos Congressos Continentais de Direito Cooperativo que vem sendo regularmente realizados. A mudança mais radical surgida no período recente de reformulação legal foi sem dúvida a da Nicarágua(1981), contudo o texto, embora buscando uma ampliação do espaço político das cooperativas, ainda é muito vago, pois diz apenas que as cooperativas são um "instrumento eficaz de participação camponesa nas tarefas da Revolução."

O sentimento de inadequação do cooperativismo clássico junto às peculiaridades nacionais latino-americanas cresceu, atingindo inclusive organizações internacionais tais como a ONU, que não pode ser considerada em nenhum momento pan-latino americana ou terceiro mundista. De modo que há uma visão desta inadequação quase que puramente técnica e outra mais ideológica, ou seja uma crítica mais voltada ao modelo de cooperativismo em si e não a determinados aspectos da organização ou atividade cooperativa. No primeiro caso, exemplificado pelas críticas da ONU o que se visa é precisamente a resolução de "gargalos", onde o cooperativismo rochdaleano não obtém os resultados desejados. A crítica não é portanto de fundo. As críticas mais ferrenhas são das correntes que vêem no cooperativismo latino-americano, em sua formulação bá-

Seja apenas uma mais-cópia de uma utopia implantada num contexto muito diferente. "Um caso de colonialismo cultural". A crítica se aprofunda no sentido de mostrar que por isso não objetiva mudanças mais profundas na estrutura sócio-econômica dominantes, consolidando as estruturas sócio-econômicas vigentes. Nesse sentido, não há vontade de mudanças do status-quo, mas apenas um elemento de distração, de frustração até, quando o cooperativismo é colocado como "transformador" ou "catalisador das vontades populares de maior participação".

Por isso, ao assumir que para a América Latina é necessário um modelo cooperativista novo e original, porque revolucionário em seus objetivos, estes críticos sustentam que os pilares do modelo cooperativista clássico constituem uma utopia totalmente alheia ao contexto histórico-cultural. Não é incomum que estas novas cooperativas tenham por base elementos indigenistas, principalmente se a referência for os demais países latino-americanos que não o Brasil, por estes terem uma forte raiz indígena.

Se estas críticas acertadamente apontam para os problemas internos dos modelos cooperativos que acabam por lhes impor um limite de atuação, não se deve esquecer também que, de uma forma ou de outra, as cooperativas sofrem influências externas do restante da economia(1). A extorsiva dívida externa, uma inflação crônica, e falta de parâmetros do que seja uma vida democrática(2), é o cenário mais comum na região.

## Os avanços e os principais problemas do cooperativismo latino-americano.

Os principais avanços na área do cooperativismo nos países do Terceiro-Mundo resultaram do crescimento de práticas informais. Isso é particularmente verdadeiro para a América Latina e África.

A crise pela qual passam os países destes blocos teve por bode expiatório "motivos" tais como: a inadequação do conceito de cooperação às realidades destes países ou um individualismo local exacerbado. No entanto, assiste-se a um verdadeiro "boom" cooperativo silencioso, em quase todos os países e quase todos setores, segundo Christian Jacquier, responsável dos Serviços Cooperativos da OIT em Genebra.

O "silencioso" do boom deve-se ao fato delas serem informais, marginais em relação aos esquemas clássicos, dos programas institucionais (3) e legislações, muitas vezes beirando até a ilegalidade. Como tem por base de sua legitimidade a participação ativa e responsável de seus membros, gestão e controle democrático, além de uma repartição equitativa dos produtos e excedentes, podem inequivocamente ser denominadas de cooperativas. Diferentemente das cooperativas "oficiais" contemporâneas latino-americanas, a iniciativa veio da base. Nas oficiais, a iniciativa vinha de "cima" e se mantiveram o papel de agente integração econômica que lhes eram destinados, foi como "instrumento de pacificação do campo" se destacaram mais, reforçando as relações de dependência que mantinham com o Estado e sua política de desenvolvimento, muitas vezes paternalista. As estruturas nestas cooperativas, segundo relatório da Aliança Cooperativa Internacional (A.C.I.) de 1991, aponta para uma clara insatisfação no Terceiro-Mundo, das estruturas vigentes, principalmente pelo fato de não responder adequadamente às necessidades dos grupos mais desfavorecidos, como mulheres e jovens.

As necessidades sentidas pela população mais desfavorecida, em termos de serviços de base tais como moradia, saúde básica, educação, alimentação, ou mesmo emprego são enormes. Acrescente-se um crescimento demográfico alto e maior escassez monetária (sem mencionar o problema do pagamento dos serviços da dívida) e a resultante é a exclusão quase total de uma porção crescente da população.

A essa expressiva parcela da população não resta outra opção senão tentar sobreviver à margem do sistema através do desenvolvimento de atividades informais, verdadeiras economias de sobrevivência. E o fazem com poucos recursos próprios, sem esperar e sem esperanças de que os deficientes serviços públicos os ajudem.

No fim da "década perdida", a situação chega a tal ponto que o setor dito informal tende a se tornar majoritário, se considerado o número de cidadãos envolvidos. E se num primeiro momento a reação das autoridades foi de incompreensão ou mesmo de violência contra estas formas paralelas de economia, hoje pouco à pouco o poder político toma consciência da importância econômica e social do fenómeno. A repressão brutal, segundo Christian Jacquier, do serviço de cooperativismo da O.I.T., cessa e sucede uma espécie de trégua maior, de "laissez-faire", além de um tímido rol de declarações de apoio oficial em alguns países. Face ao desengajamento do poder público, sua crise econômica-institucional, a resposta desta população excluída é o surgimento de uma profusão de formas novas de organização alternativas.

## CONCLUSÃO.

O Brasil, como os demais países do Terceiro Mundo, especialmente os latino-americanos, teve como modelo cooperativista básico o de Rochdale. Por ser este um modelo europeu, datado de quase duzentos anos, faz-se necessário liberar-se para atender às especificidades nacionais e/ou locais. E isto já está ocorrendo. Naturalmente como se trata da tentativa de implementar um novo sistema, correntes mais progressistas tentam abranger questões de fundo, procurando assim retomar certas elaborações teóricas que vão desde as relacionadas aos pré-socialistas, até as revisões mais recentes, como as que criticam a raiz estalinista, ou leninista do marxismo. Face a estes defensores de um cooperativismo revolucionário na América Latina, há aqueles que não desejam de fato alterações no status-quo político, assim são partidários das mudanças movidos pela convicção de que são elas inevitáveis para que possam enfrentar as transformações do mundo capitalista moderno.

Além destes liberais convictos, há também a direita mais radical, regimes militares, ou sustentados por eles. Seus experimentos na área, com a breve exceção de Honduras, um total fracasso.

Mas nem tudo se dá apenas no espaço teórico, indiferentes à estes debates o empobrecimento levou contingentes de marginalizados (cada vez mais importantes numericamente) a tentarem empiricamente novas formas de relacionamento cooperativista. Embora nem sempre seguindo à risca as normas e legislações (por desconhecê-las muitas vezes), e se desenvolvendo à revelia dos poderes estabelecidos, estão muito mais próximos dos valores e princípios cooperativos, do que muitas "cooperativas" oficialmente registradas. São reconhecidamente na década passada e nesta que se inicia, o canal de comunicação por excelência das preocupações e necessidades dos postos à margem da sociedade. Sua "informalidade", embora tenha aspectos negativos de relevância crucial, também lhes garante, em contrapartida uma flexibilidade e uma capacidade de adaptação espantosas, atributo essencial para sobrevivência nos moldes atuais do capitalismo. Não se deve também esquecer que as novas formas de gestão do capitalismo, adaptando-se à novos paradigmas, procura implantar formas de gestão mais participativas, exigência dos padrões da configuração atual da concorrência capitalista nos paí-

ser avaliados. Algumas multinacionais tentam já produzir inserir suas filiais neste rumo. No Brasil, embora incipiente, o processo já começou.

Tanto do ponto de vista econômico quanto social, a motivação maior dos indivíduos, a clareza do processo de gestão nos pequenos grupos, garantem resultados muitas vezes surpreendentes. A comercialização do café feita por uma cooperativa de pequenos agricultores na região de Vera Cruz no México, garantiu um aumento de 45% no preço de produção, só pela eliminação dos intermediários. Na África, os pequenos mercados autogeridos se mostraram de longe como a fórmula mais eficiente, em termos de custos e de rendas distribuídas, enquanto que os equivalentes aos "sacólões" ou grupos de compras governamentais eram considerados caros e envolvidos em corrupções "crônicas". Estes exemplos podem ser citados ad-infinito.

No entanto também tem de enfrentar aspectos negativos decorrentes quer de sua não formalização, quer de seu tamanho e importância econômica. A dificuldade de obtenção de crédito, com tudo o que isso acarreta como consequências (tal como a não inclusão em programas governamentais, que só aceitam conceder mais créditos, paradoxalmente à quem pode vir a se auto-sustentar), é uma das mais graves limitações neste sentido. O volume de atividades não permite sempre economias de escalas, pois os grupos acabam ficando presos à tecnologias de fraca incorporação de produtividade. No plano técnico, há uma clara insuficiência na formação profissional. Esta questão explica em parte o porquê das dificuldades em se estabelecer uma planificação precisa e clara, deixando o resultado de muitas cooperativas se tornar fruto de um mixto de sorte e de voluntarismo.

No entanto, se forem capazes de remover ou amenizar os problemas de capacitação, financiamento, planificação e procurarem se integrar mais e melhor com as demais cooperativas e entidades afins, então terão condições de verdadeiramente constituir um movimento capaz de fomentar o desenvolvimento quem sabe, de um modelo econômico original que assegure com plena participação popular, a realização de valores individuais. Neste momento, em vista da formação de macro-mercados, poderão buscar uma melhor presença em convênios regionais tais como: o Pacto Andino, o Mercado Comum Centro-Americano, etc.

Nada. As características do cooperativismo brasileiro e suas semelhanças com os processos históricos ocorridos nos demais países latino-americanos, é possível pensar que um "renascimento" do cooperativismo esteja acontecendo. Sob moldes diversos, porém todos distintos do modelo vigente. No entanto para superar os gargalos que entravam seu desenvolvimento, e largar o quanto antes o modelo tradicional que se esgotou, até mesmo no parecer dos segmentos mais conservadores atuantes no cooperativismo, é preciso implementar uma série de alterações práticas e/ou teóricas, sem o qual corre-se o risco, por exemplo de colocarmos na completa marginalidade uma população nada desprezível, que as duras penas está tentando superar esta condição na qual já se encontra.

Num momento no qual os países desenvolvidos parecem claramente precindir cada vez mais dos sub-desenvolvidos, o cooperativismo pode, desde que se façam tentativas para melhorar a integração com os demais vizinhos latino-americanos, e claro entre as cooperativas do próprio país apontar para uma solução.

BARTA, MILOS. "LES CONSEILS OUVRIERS EN TANT QUE MOUVEMENT SOCIAL". Revista AUTOGESTION, N 9-10, 1969. PP 3-35.

CARNEIRO, PALMYOS P. "COOPERATIVISMO E AUTOGESTAO". EDITORA VEGA/NOVO ESPACO, 1983.

CRAGOGNA, D. "EL MOVIMIENTO COOPERATIVO EN AMERICA LATINA". REVISTA MONDES EN DEVELOPPEMENT. N 61 ANC 1988.

CASTORIADES, C. "SOCIALISMO OU BARBARIE". Revista de 1979

FREITAS, MARIA JOSE. "CONSTITUICAO E LEGALIZACAO DE COOPERATIVAS DE CONSUMO". COOPERATIVISMO, SAO PAULO, 36 P.

IDEM. "COOPERATIVISMO NACIONAL, DIMENSOES POLITICAS E ECONOMICAS", 1978.

GORZ, A. "LE SOCIALISME DIFFICILE". ED. DU SEUIL, 1967, 249 páginas.

GUILLERM, A. & BOURDET, Y. "AUTOGESTAO: UMA MUDANCA RADICAL". ZAHAR EDITORES, 1976.

HIRSCHFELD, A. & VERDIER, R. "LE SECTEUR COOPERATIF EN FRANCE". in NOTES ET ETUDES DOCUMENTAIRES - LA DOCUMENTATION FRANCAISE, 1984 N 475

HOBSBAWM, E.J.(Org.). "HISTORIA DO MARXISMO" I# capitulo. EDITORA PAZ E TERRA, 1979.

INSTITUTO DE COOPERATIVISMO E ASSOCIATIVISMO, Cadernos internos (vários números), de 1988 a 1991.

JACQUIER, J. " LES PRATIQUES COOPERATIVES INFORMELLES DANS LE TIERS-MONDE : UM APERÇU GENERAL. Revista "MONDES EN DEVELOPPEMENT" n 61, ano 1988.

JOYEUX, M. "AUTOGESTAO, GESTAO DIRETA, GESTAO OPERARIA" EDITORA LP&M, R.G.do Sul, 1990.

MACKENZIE, NORMAN. "BREVE HISTORIA DO SOCIALISMO", ZAHAR EDITORES, 1967.

NUNES, P. & FREITAS, B. "DICCIONARIO DE TERMINOLOGIA JURIDICA". LEX EDITORES, SAO PAULO, 1988.

OCB - "DESTAQUE COOPERATIVO", 1987, 1990.

OCB-E DENACOOB - "ORGANIZACAO DE ASSOCIACOES".

IDEM - "O COOPERATIVISMO BRASILEIRO".

PANNEKOEK. A. LES CONSEILS OUVRIERS". ED. BRLIBASTE. 1974.

POERNER A. JOSÉ. " ARGELIA: O CAMINHO DA INDEPENDENCIA". EDITORA CIVILIZACAO BRASILEIRA. 1966.

SOSKIC B. "LA LIGA DE LOS COMUNISTAS DE YUGOSLAVIA EN EL SISTEMA SOCIALISTA DE AUTOGESTION". SECRETARIA DEL CONSEJO EJECUTIVO FEDERAL DE INFORMACIONES.

TOURAINÉ. A. "LE MOUVEMENT DE MAI OU LE COMMUNISME UTOPIQUE". EDITORA DU SEUIL. 1968. P. 303.

WOODCOCK. GEORGE. "OS GRANDES ESCRITOS ANARQUISTAS" 2 EDIÇÃO EDITORA L&PM. 1981.

---

**ANEXOS.**

(1) Sobre sua experiência de trabalho da terra em comum em St. Georges Hill, Weybridge. "O trabalho cooperativo e a posse coletiva da terra deverão um dia substituir o trabalho assalariado e a propriedade privada, caso os homens queiram usufruir liberdade, felicidade e prosperidade." "As lutas políticas são reflexo dos lucros da propriedade".

(2) Segundo Norman MacKenzie, "algumas das idéias estão reunidas num livro escrito por John Bellers, em 1696, chamado *The College of Industry* que defendia um sistema de comunidades cooperativas e auto-suficientes". Um exemplar cairá nas mãos de Owen

(3) Fourier, na descrição de suas "falanges" detalhava até o último os detalhes administrativos e estruturais, porém não tinha em mente uma igualdade que impedisse a criatividade. Suas idéias foram muito apreciadas por grupos religiosos, atraídos pela idéia de poderem viver em regime de auto-suficiência, contribuindo assim para manter a pecha de messiânico de Fourier.

Quanto a Saint-Simon, o aspecto moral de seu sistema é visível pois segundo a leitura que dele fazem autores como Norman Macenzie, "os Homens deveriam abraçar uma nova religião que substituisse o cristianismo ortodoxo, finda sua missão histórica", comportando-se como irmãos e "devotando-se para melhorar, tão rapidamente quanto possível, a existência moral e física da classe mais numerosa".

(4) Revista *Autogestion et socialisme*, n°11-12, 1970, p.6. Há uma importante discussão entre autogestão e autonomia nacional. Alain Guillerme e Yvon Bourdet, autores do clássico "Clefs pour l'Autogestion" traduzido pela Zahar como "Autogestão, uma mudança radical", apontam para o caso Tcheco como exemplar para perceber nitidamente [...a necessidade tecnológica e contraditoriamente a impossibilidade política da instauração da autogestão num país "socialista" industrialmente desenvolvido.]

(5) Diz Milos Bárta, do Laboratório de Sociologia Industrial da Faculdade de Mecânica de Praga: "O exame aprofundado da evolução tcheco-eslovaca deu origem a um processo complexo, de caráter nitidamente socialista, engendrado pela crise de relações sociais no socialismo de concepção burocrática..." citado em: "Autogestão, uma mudança radical", de Alain Guillerme e Yvon Bourdet.

(6) O monopólio das duas companhias se estendia à quase totalidade das atividades econômicas: bancos, comércio, indústria, agro-indústrias bananeiras... A partir dos anos 50, as duas companhias passam a se desligar do processo de produção-beneficiamento para o setor mais nobre: o controle da comercialização. Começam a comercializar diretamente com os produtores independentes surgidos das revoltas camponesas, e que se reagruparam em cooperativas, como as de Guanchias. Livram-se assim de variáveis que já não podiam controlar tais como: -riscos sanitários (mal de Panamá, Zigatoga) -riscos climáticos (frequência de ciclones) -riscos das crescentes lutas operárias, numa palavra, livram-se dos riscos produtivos, transferindo-os para os camponeses.

Em 1972, todos produtores associados representavam para as duas companhias 76% da produção (38% para cada uma).

(7) Apesar de toda a cautela para evitar a extensão dos conflitos nas dimensões das dos seus vizinhos: Guatemala, El Salvador e Nicarágua, os militares passam a entrar numa espiral repressiva. Desde 1977, diz Guy Durand em seu artigo: "Honduras: reforma agrária e crise centro-americana", [...um destacamento do IV batalhão de Infantaria... intervém na Cooperativa Camponesa de Isletas para favorecer a queda do diretor desta cooperativa acusado de comunismo.] O mesmo tipo de intervenção militar terá lugar nas outras cooperativas, que serão estatizadas. É o caso da de Guanchias, nascida de lutas vitoriosas contra as estruturas agrárias pré-1962.

(8) Uma enquete do I.N.A. (Instituto Nacional Agrário) em 1978, revelou que dos 674 emigrantes chegados de Aguán em 1977 e 1978 para reforçar as cooperativas, 62% deles desertaram. Desta porcentagem, 71% voltaram a sua região de origem, 13% se transformaram em colonos independentes, 18% ficaram no vale e 5% se tornaram assalariados naquela zona. As razões principais para a deserção são:

- falta de créditos na cooperativa que os acolheu e ausência de remuneração no trabalho.
- inadaptação aos trabalhos coletivos.
- decepção com relação às promessas feitas antes da transferência.
- insuficiência de trabalho por falta de culturas permanentes em certas cooperativas.

(9) Em seu artigo: "Honduras: reforma agrária e crise centro-americana", o Prof. Guy Durand analisa o processo de reforma agrária no país. Lembra que nunca houve em Honduras, uma "burguesia", sendo este papel cumprido pelas empresas estrangeiras e o exército, por elas montado.

(1) A O.C.B. considera como marco inicial do cooperativismo brasileiro a fundação, nos sertões do Paraná, da colônia Tereza Cristina em 1847, pelo médico francês Jean Maurice Faivre.

Faivre era adepto das idéias reformadoras de Charles Fourier e fundou a colônia com um grupo de europeus em bases cooperativas. O boletim "O Cooperativismo Brasileiro" (coleção História do cooperativismo) publicado pela O.C.B. em 1990 diz que : "...apesar de sua breve existência, contribuiu na memória coletiva como elemento formador do florescente cooperativismo no País." (pg.9-10).

### Cooperativas de consumo.

Especificamente, foi em 1891, que surgiu legalmente a primeira cooperativa de consumo. Foi fundada pelos empregados da Companhia Telefônica de Limeira-SP para seu consumo próprio.

João Pinheiro, governador do Estado de Minas Gerais, lança em 1907 seu projeto cooperativista objetivando eliminar os intermediários da produção agrícola, controlada em sua comercialização por estrangeiros. Estava lançada a primeira experiência estatal de cooperativismo agropecuário, setor líder do cooperativismo brasileiro. Desde então a atuação do Estado neste setor tem sido uma constante. Com Pinheiro, defesa do café, que era sua prioridade, conseguiu uma proteção e subsídios exclusivos.

Já no Sul do país, as comunidades italianas e alemãs se expandiram sem apoio do Estado. Stéfano Peternó, era seu principal divulgador. Para se tornarem viáveis passaram a funcionar de maneira mista: com seção de compra em comum, para sementes e demais insumos agrícolas, e seção de vendas, para distribuir seus produtos.

### Crédito Rural.

Em Nova Petrópolis, Rio Grande do Sul, foram criadas as primeiras cooperativas de crédito rural. A iniciativa foi do padre jesuíta Theodor Amstadt, em 1902. Por ser alemão, o padre Theodor se baseou no sistema idealizado por Friedrich Willhem Raiffeisen (1818-1888), (daí o nome de "caixas Raiffeisen").

### Crédito Urbano.

As mais comuns no país são as do tipo Luzzatti, do italiano Luigi Luzzatti (1841-1927) e se inspiraram num aprimoramento das concebidas originalmente por Alphonse Desjardins (1854-1920) em 1900, Lévis, cidade do Québec no Canadá.

Em termos, pois as leis ordinárias estão até hoje omissas sobre o assunto, tal situação não é no entanto nova, pois já em 1975, o Estado impunha leis contraditórias. Não é desconhecido do meio cooperativista a dubiedade e contraditoriedade da legislação específica em relação a ordinária. Em 1975 o Governo promove legislação supostamente favorável ao fomento do cooperativismo, mas suas novas disposições contábeis acabam deixando inúmeras cooperativas em situação difícil, quando não jogando-as na ilegalidade de uma hora para outra.

O problema começou quando pelo sistema de correção monetária, as cooperativas passavam a ter "lucros". Oras, cooperativas não tinham "lucros" por definição. E isso não era mera firula, um capricho de denominação. A definição de lucro na qual as novas disposições contábeis estava levando as cooperativas faria com que estas passassem por exemplo, de credoras à devedoras (do Governo inclusive).

Algumas, seguindo o preceito cooperativista, de reinvestir o excedente, seja sob forma de insumos e máquinas, seja sob forma de benefícios diretos aos cooperados, passaram a não poder dispor do capital para pagar impostos. caso mais graves culminaram com a "falência" de muitas cooperativas em localidades onde supriam funções do Estado como Educação e Saúde, por exemplo.

Foi caso de algumas Santas Casas e de algumas cooperativas de Educação Freinet (do educador francês Freinet). Isso se deu nos Estados mais pobres, como Pará, Alagoas, e em regiões ainda não desenvolvidas então, como era o caso do Noroeste paranaense. O Estado demorou a dar alternativa ao problema que ele próprio havia criado, e não foi incomum vê-lo expropriando os bens materiais (sob alegação de que seriam posteriormente devolvidos) dessas localidades, com a alegação de que estas eram incapazes de se sustentarem autonomamente. Casos como os relatados pelos cronistas da região de Cascavel (Paraná), nos quais professores mantidos pela comunidade, lecionando em escolas cooperativas construídas por essa mesma comunidade, se viram de repente como funcionários do Governo, nas dependências da escola, agora estatizada, não parecem ter sido fato isolado.